



Gerência de Compras e Licitações
Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435.4504 | (35) 3435.4307 | (35) 3435.3315



www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Concessão administrativa para instalação e operação de Usina Termoquímica de Geração Elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) por processo de gaseificação em leito fluidizado no Município de Extrema (MG)





Gerência de Compras e Licitações

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435.4504 | (35) 3435.4307 | (35) 3435.3315



www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados



SUMÁRIO

•	6
•	8
•	PARTE III – P13
1	13
2	14
3	15
4	16
5	18
6	22
7	26
8	27
9	34
10	36
11	45
12	47
13	53
14	54
15	55
16	59
17	60
•	62
iv.	64
•	66
•	68
•	71
•	72
•	80
•	81
v.	81



-
- 83
 - 84
 - 85
 - 86
 - 87
 - 89
 - 92
 - 94
 - 95





Gerência de Compras e Licitações
Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435.4504 | (35) 3435.4307 | (35) 3435.3315



www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados



Edital de Concessão 205/2022

Concessão administrativa para instalação e operação de Usina Termoquímica de Geração Elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), por processo de gaseificação em leito fluidizado no Município de Extrema (MG)



● **PARTE I – PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE EXTREMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 18.677.591.0001-00, neste ato representada pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL, constituída pela Portaria nº 2.728/2022**, torna público, para conhecimento dos interessados, que está aberta licitação na **MODALIDADE CONCORRÊNCIA**, a ser julgada pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, a fim de selecionar a proposta mais vantajosa para a celebração do contrato de **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, que se refere à seleção de empresa especializada para a instalação e operação de Usina Termoquímica de Geração Elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), por processo de gaseificação em leito fluidizado no Município de Extrema (MG), nos termos e condições constantes neste instrumento.

A presente licitação será regida pela Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004, pela Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Federal nº 11.445/2007 e as pelas alterações constantes na Lei Federal nº 14.026/2020, Lei Federal nº. 12.527/2011, Lei Federal nº. 12.846/2013, pela Lei Orgânica do Município de Extrema, pelo Plano Diretor do Município - Lei Complementar Municipal nº 083 de 25 de fevereiro de 2013, Lei Municipal nº 3.902, de 12 de fevereiro de 2019, Lei Municipal nº 2.482, de 13 de fevereiro de 2009, Lei Municipal nº 3.981, de 30 de maio de 2019 e Decreto nº 3.510, de 22 de março de 2019 e demais normas vigentes sobre a matéria ou que venham a alterá-las ou substituí-las na vigência da **CONCESSÃO**.

O aviso sobre este EDITAL foi publicado na Imprensa Oficial Eletrônica do Município de Extrema (IOME), bem como no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Extrema (<https://www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes/>) e no Diário dos Municípios Mineiros. Todas as futuras publicações referentes à presente licitação serão feitas somente na Imprensa Oficial Eletrônica do Município e no sítio eletrônico mencionado.

Este EDITAL e a minuta do contrato, bem como os demais atos necessários à sua realização e conclusão, foram precedidos de consulta pública realizada entre os dias 08 de abril de 2022 a 09 de maio de 2022 e de audiência pública realizada no dia 29 de abril de 2022, às 13



horas, no plenário da Câmara Municipal de Extrema, situada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.626, Praça dos Três Poderes, nos termos do art. 21 da Lei 14.133/2021 e art. 11, inciso IV da Lei Federal 11.445/07 e alterações posteriores, balizados ainda pela Lei Municipal nº 198 de 16 de junho de 2021, autorizativa da outorga da concessão, disciplinando seu objeto e prazos.

A audiência pública realizada foi divulgada por meio de publicação na IOEM - Imprensa Oficial Eletrônica do Município de 01 a 07 de abril de 2022 e no sítio eletrônico <https://www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/consulta-publica-da-usina-termoquimica-de-geracao-eletrica-utge/>.

O projeto e seus documentos, assim como a justificativa da conveniência de outorga da concessão, incluindo a minuta do EDITAL e a minuta do **CONTRATO**, foram submetidos à consulta pública, no período de 08 de abril de 2022 até 16 de maio de 2022, amplamente divulgada por meio de publicação na IOEM - Imprensa Oficial Eletrônica do Município de 01 a 07 de abril de 2022, no Diário dos Municípios Mineiros de 06 de abril de 2022 e no sítio eletrônico <https://www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/consulta-publica-da-usina-termoquimica-de-geracao-eletrica-utge/>.

As propostas e demais documentos necessários à participação na **CONCORRÊNCIA** serão recebidos até o dia 06 de fevereiro de 2023, de 08:00h até as 09:00h.

A abertura dos envelopes será realizada em **SESSÃO PÚBLICA**, pela **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, às 09:00h do dia 06 de fevereiro de 2023, na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, situada à Rodovia Fernão Dias, KM 942 - Bairro dos Tenentes - Extrema MG, (Referência: Acesso ao Posto Pururuca), Extrema, Minas Gerais, CEP 37640-000.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES localizado na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto nº 1.624, Bairro Ponte Nova, Extrema/MG, CEP 37640-000.

Se não houver expediente ou ocorrer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data prevista, esta ficará adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e



horário estabelecidos anteriormente, desde que não haja comunicação específica em contrário.

● PARTE II – DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins do presente **EDITAL**, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

- (i) **ADJUDICATÁRIA:** LICITANTE à qual será adjudicado o objeto da presente CONCORRÊNCIA, nos termos da legislação aplicável e deste EDITAL.
- (ii) **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estadual, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (iii) **AFILIADA:** com relação à determinada pessoa ou fundo de investimento, qualquer outra pessoa ou fundo de investimento que se caracterize como sua CONTROLADORA, CONTROLADA, COLIGADA ou sob CONTROLE comum, direta ou indiretamente.
- (iv) **ANEXO DA MINUTA DO CONTRATO:** cada um dos documentos anexos à Minuta do CONTRATO.
- (v) **ANEXO OU ANEXO DO EDITAL:** cada um dos documentos anexos ao EDITAL.
- (vi) **BENS REVERSÍVEIS:** são os bens móveis e imóveis afetos à prestação do SERVIÇO PÚBLICO que serão transferidos para o CONCEDENTE ao final do CONTRATO.
- (vii) **COLIGADA:** qualquer pessoa ou fundo submetido à influência significativa de outra pessoa ou fundo. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.



-
- (viii) COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO: Comissão Especial instituída pela Portaria 2.728, publicada na IOEM - Imprensa Oficial Eletrônica do Município de 17 de novembro de 2022, que será responsável pela condução da Licitação e por receber, examinar e julgar todos os documentos da Concorrência.
- (ix) CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: é a presente Parceria Público-Privada – PPP, cujo objeto é a seleção de empresa especializada para instalação e operação de Usina Termoquímica de Geração Elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), por processo de gaseificação em leito fluidizado no Município de Extrema (MG), nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas na minuta do CONTRATO.
- (x) CONCESSIONÁRIA: é a empresa vencedora ou sociedade de propósito específico (no caso de consórcio), que prestará os SERVIÇOS PÚBLICOS na ÁREA DE CONCESSÃO.
- (xi) CONCORRÊNCIA: procedimento licitatório instaurado pelo EDITAL.
- (xii) CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL: Valor efetivo que será pago mensalmente pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA em razão da execução do CONTRATO.
- (xiii) CONTRATO: é o Contrato de Concessão Administrativa n.º [●] /2022, ANEXO [17].
- (xiv) CONTROLADA: qualquer pessoa ou fundo de investimento cujo CONTROLE é exercido por outra pessoa ou fundo de investimento.
- (xv) CONTROLADORA: qualquer pessoa ou fundo de investimento que exerça CONTROLE sobre outra pessoa ou fundo de investimento.
- (xvi) CONTROLE: o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente,



isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.

- (xvii) DATA DE EFICÁCIA: data em que o CONTRATO tornar-se-á plenamente eficaz.
- (xviii) DOCUMENTAÇÃO: documentação a ser entregue, nos termos deste EDITAL, pelas LICITANTES, abrangendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA.
- (xix) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: conjunto de documentos arrolados no EDITAL, a ser obrigatoriamente apresentado pelas LICITANTES, destinado a comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.
- (xx) DOC: Diário Oficial do Município de Extrema (MG).
- (xxi) CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
- (xxii) EDITAL: o presente EDITAL de Concessão nº 205/2022 e todos os seus ANEXOS.
- (xxiii) GARANTIA DA PROPOSTA: a garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e deste EDITAL.
- (xxiv) GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: a garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser mantida pela CONCESSIONÁRIA em



favor do Município de Extrema, nos montantes e nos termos definidos no CONTRATO.

- (xxv) **ÍNDICE DE DESEMPENHO:** conjunto de critérios e especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do Contrato e seus anexos, referentes às metas de qualidade da prestação dos SERVIÇOS da CONCESSÃO.
- (xxvi) **INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA:** investimento em estrutura, processo, produto químico, equipamentos e peças, que proporcione ganhos de eficiência e produtividade à CONCESSIONÁRIA.
- (xxvii) **MUNICÍPIO:** Município de Extrema (MG).
- (xxviii) **PODER CONCEDENTE:** é o Município de Extrema, Estado de Minas Gerais, por meio do Poder Executivo.
- (xxix) **PRAZO DA CONCESSÃO:** o prazo é de 30 (trinta) anos, contados a partir da DATA DE EFICÁCIA.
- (xxx) **PROPOSTA COMERCIAL:** proposta apresentada pelas LICITANTES indicando o valor máximo de contraprestação mensal, contendo, ainda, a GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do art. 58 da Lei 14.133/2021, bem como o plano de negócios da LICITANTE, elaborado de acordo com o estipulado nos Anexos.
- (xxxi) **REPRESENTANTES CREDENCIADOS:** pessoas autorizadas a representar as LICITANTES em todos os atos relacionados à CONCORRÊNCIA.
- (xxxii) **LICITAÇÃO:** é o presente processo administrativo, objeto deste EDITAL, por meio do qual será selecionada a proposta mais vantajosa para o MUNICÍPIO, com vistas à celebração do CONTRATO.



-
- (xxxiii) LICITANTE: qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar participante da CONCORRÊNCIA, isoladamente ou em consórcio, de acordo com o disposto no EDITAL.
- (xxxiv) LICITANTE VENCEDORA: é a empresa isolada ou o consórcio de empresas que vencer a licitação, a (as) qual(is) estará(ão) apta(s) à celebração do contrato com o CONCEDENTE.
- (xxxv) SESSÃO PÚBLICA: sessão pública convocada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para a abertura dos envelopes correspondentes à PROPOSTA COMERCIAL juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA e aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, respectivamente.
- (xxxvi) SPE: Sociedade de Propósito Específico a ser constituída pela LICITANTE VENCEDORA, sob a forma de sociedade por ações, que celebrará o CONTRATO com o MUNICÍPIO.
- (xxxvii) ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO: é a ordem emitida pelo PODER CONCEDENTE, a contar da assinatura do CONTRATO, autorizando o início da OPERAÇÃO.
- (xxxviii) PLANO DE NEGÓCIOS: é o conjunto de informações de despesas, receitas e investimentos apresentado na LICITAÇÃO pelo LICITANTE como parte integrante da sua PROPOSTA COMERCIAL.
- (xxxix) REGULAMENTO DA CONCESSÃO: é o conjunto de normas que tem por objetivo disciplinar a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
- (xl) SISTEMA: é o conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios integrantes dos sistemas, objeto da CONCESSÃO, necessários à prestação do SERVIÇO CONTRATADO.
- (xli) TERMO DE REFERÊNCIA: é o conjunto de elementos e dados que contém o diagnóstico básico do SISTEMA, as metas da CONCESSÃO, as condições de



sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro e as demais informações necessárias e suficientes para caracterizar o objeto desta LICITAÇÃO, constante do **ANEXO 17**.

1.2. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- (i) as definições do EDITAL serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;
- (ii) os títulos dos capítulos e dos itens do EDITAL e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação;
- (iii) no caso de divergência entre o EDITAL e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no EDITAL;
- (iv) no caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão aqueles emitidos pelo PODER CONCEDENTE;
- (v) no caso de divergência entre os ANEXOS emitidos pelo PODER CONCEDENTE, prevalecerá aquele de data mais recente; e
- (vi) as referências aos horários se referem ao horário oficial de Brasília.

● **Parte III – PROCEDIMENTO DA CONCORRÊNCIA**

1 DO OBJETO

1.1 O objeto do EDITAL se refere à concessão administrativa, no modelo Parceria Público Privada (PPP), para seleção de empresa técnica especializada para instalação e operação de Usina Termoquímica de Geração Elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), por processo de gaseificação em leito fluidizado, conforme licença ambiental Certificado LP+LI nº 018/2020, expedida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente - Supram Sul de Minas, e respectivo Parecer Único nº 0195696/2020. Nessa concessão estará previsto o tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos RSU, com o aproveitamento energético e redução da massa para destinação final, nos termos e condições estabelecidos no Contrato, no Termo de Referência e seus anexos.



1.1.1. As características e especificações técnicas referentes à execução do objeto estão indicadas nos ANEXOS que integram o EDITAL e a Minuta do CONTRATO.

1.1.2. A execução do objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, no presente EDITAL e em seus ANEXOS, bem como na documentação apresentada pela ADJUDICATÁRIA.

2 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CERTAME

2.1. O EDITAL, suas planilhas e formulários, as informações, estudos e projetos poderão ser obtidos no **sítio eletrônico** <https://www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes/>.

2.1.1. A documentação fornecida às LICITANTES não poderá ser reproduzida, divulgada e utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos no EDITAL.

2.2. A obtenção de quaisquer documentos de maneira diversa daquela indicada no item 2.1 acima não gera qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE.

2.3. A obtenção do EDITAL não é requisito para participação na CONCORRÊNCIA, mas a participação pressupõe a aceitação de todos os termos e condições do EDITAL, conforme previsto no item 5.3.

2.4. As LICITANTES são responsáveis pela análise de todos os dados e informações sobre a CONCESSÃO, bem como pelo exame da condição atual dos bens vinculados à CONCESSÃO e demais estruturas físicas relativas aos SERVIÇOS, cabendo-lhes, ainda, arcar com todos os custos e despesas referentes às providências necessárias à elaboração de sua PROPOSTA COMERCIAL, bem como à participação na CONCORRÊNCIA.

2.4.1. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao objeto do processo licitatório, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da CONCESSÃO, não apresentando, perante os potenciais LICITANTES, qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do PODER CONCEDENTE em face das LICITANTES ou da futura CONCESSIONÁRIA.



- 2.5. As LICITANTES são também integralmente responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à CONCORRÊNCIA e à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

3 PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 3.1. Quaisquer dúvidas que existirem na interpretação do presente EDITAL e de seus Anexos, bem como quaisquer incorreções ou discrepâncias neles encontradas, deverão ser encaminhadas para a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, por meio eletrônico, através de e-mail enviado para o seguinte endereço eletrônico decol@extrema.mg.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, endereçando-as, em qualquer dos casos, para:

PREFEITURA DE EXTREMA/COMISSÃO ESPECIAL DA LICITAÇÃO ,
Av. Del. Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - CEP 37.640-000 - EXTREMA- MG
TEL. (35) 3435-4504
E-MAIL: decol@extrema.mg.gov.br

- 3.2. Tais esclarecimentos serão respondidos e disponibilizados no sítio eletrônico do Município, no endereço www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes. Serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que a Comissão julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.
- 3.3. Em qualquer ocasião antes da data de abertura da SESSÃO PÚBLICA, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos, impugnações ao EDITAL e/ou qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o EDITAL.
- 3.4. Na ocorrência do disposto no subitem 3.3, o EDITAL será divulgado da mesma forma em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido apenas quando a modificação afetar inquestionavelmente a formulação das propostas, conforme dispõe o artigo 55, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Neste caso, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO modificará a data da sessão pública de recebimento dos envelopes prevista no preâmbulo do EDITAL, informando as LICITANTES.



- 3.5. Quaisquer dúvidas surgidas após a abertura dos envelopes ficarão sujeitas à interpretação da Comissão Especial da Licitação e à luz do ordenamento jurídico aplicável à espécie.
- 3.6. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o EDITAL de licitação por irregularidades, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a sessão pública, nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021.
- 3.7. A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO responderá à impugnação ao EDITAL em até 03 (três) dias úteis, contados da data do protocolo da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.8. Decairá do direito de impugnar o EDITAL a LICITANTE que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de abertura da sessão pública. Julgada a impugnação, a Comissão Permanente de Licitação dará ciência do resultado às LICITANTES.
- 3.9. A participação na LICITAÇÃO implica integral e incondicional aceitação de todos os termos e exigências do EDITAL e seus anexos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas condições e do regramento aplicável.

4 DO PRAZO E VALOR DA CONCESSÃO

- 4.1 A CONCESSÃO terá o prazo de 30 (trinta) anos, contados da DATA DE EFICÁCIA.
- 4.2 O prazo máximo para o início da operação completa da Usina Termoquímica de Geração Elétrica - UTGE é de até 15 (quinze) meses após assinatura do contrato, conforme prazos constantes do item 4.3, sendo que o início da instalação da linha de CDR deverá ocorrer de forma concomitante ao início da instalação da planta Termoquímica de geração de energia elétrica.
- 4.3 Os prazos para gestão e operação do aterro sanitário municipal e limite para operação da usina estão discriminados na tabela abaixo:

PRAZO (após início da concessão)	AÇÃO
Assinatura do Contrato	Tempo Zero (T0)
Até 06 meses	T0 + 180 dias; Início de funcionamento de planta de Combustível Derivado de Resíduos (CDR).



Até 15 meses	T0 + 450 dias; Início de funcionamento da planta termoquímica e geração de energia.
--------------	---

4.4 O valor dos investimentos já realizados e executados pelo Poder Concedente correspondem aos eventos e montantes discriminados no quadro a seguir:

PROJETOS DE ENGENHARIA	R\$ 1.320.388,21
TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO DO GALPÃO	R\$ 5.190.839,89
TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (LP+LI)	R\$ 47.189,50
ÁREA DA UTGE CEDIDA DURANTE A CONCESSÃO (PLATÔ DE 9.560,70 M²)	R\$ 354.319,54
TOTAL:	R\$ 6.912.737,14

4.5 O valor estimado do CONTRATO, para todos os fins e efeitos de direito, corresponde ao valor dos investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA ao longo do contrato, os quais estão demonstrados no Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico- Financeira e nos termos a seguir:

	Valor do investimento	Evento	Ciclo de Vida
Fornecimento, montagem e instalação da linha de processamento do CDR de capacidade de 6,25 T/Hora	R\$ 17.256.380	2	30 anos
Planta Termoquímica	R\$ 19.498.320	3	30 anos
Planta de geração elétrica por processo de gaseificação	R\$ 9.887.850	3	30 anos
Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)	R\$ 950.000	2	30 anos
Equipamento de coleta e separação do RSU do aterro existente (minerador)	R\$ 1.377.000	2	15 anos
Veículos: caminhões, escavadeiras, tratores etc.	R\$ 4.160.000	2	8 anos



Infraestrutura, montagem, integração e conexão com Rede Elétrica	R\$ 8.208.000	2/3	30 anos
TOTAL	R\$ 61.337.550,00		

4.6 O valor estimado do CONTRATO é meramente referencial, não podendo ser invocado pela LICITANTE para quaisquer fins, tampouco pela CONCESSIONÁRIA para embasar pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da CONCORRÊNCIA, nos termos deste EDITAL, isoladamente ou em consórcio, pessoas jurídicas (inclusive entidades de previdência complementar e instituições financeiras) e fundos de investimento.

5.2 Não poderão participar da CONCORRÊNCIA, isoladamente ou em consórcio, direta ou indiretamente, nos termos do art. 14 da Lei 14.133/21:

- (i) Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- (ii) Pessoa jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratar com o MUNICÍPIO;
- (iii) Pessoa jurídica cujos dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais sejam ou já tenham sido, servidores ou dirigentes ligados ao MUNICÍPIO, ou qualquer de seus órgãos vinculados ao mesmo; ou agente(s) público(s) impedido(s) de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do MUNICÍPIO por vedação constitucional ou legal;
- (iv) Pessoa jurídica, ou seus dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, ou CONTROLADORA, responsável técnico, subordinado ou subcontratado, que tenha participado da elaboração dos estudos para confecção do EDITAL;



-
- (v) Estiverem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como no caso de insolvência, administração especial temporária ou intervenção, e ainda, cuja falência tenha sido decretada por sentença judicial, ressalvado o disposto no item 5.2.2;
 - (vi) Tiverem incorrido na pena de interdição de direitos por crime ambiental, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
 - (vii) Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do EDITAL, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - (viii) Pessoa jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do MUNICÍPIO ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - (ix) controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.2.1 Entende-se por órgãos e entidades contratantes aqueles integrantes da Administração Pública do Município de Extrema.

5.2.2 No caso de pessoa jurídica que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação na CONCORRÊNCIA será admitida, desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua capacidade econômico-financeira.

5.2.2.1 A comprovação de capacidade econômico-financeira referida no item 5.2.2 deverá ser feita mediante a



demonstração de que o plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores e a recuperação judicial foi concedida judicialmente ou, no caso de recuperação extrajudicial, mediante a demonstração de que o plano de recuperação extrajudicial foi homologado pelo juízo competente.

5.3 A participação na CONCORRÊNCIA implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do EDITAL, do CONTRATO e dos seus respectivos ANEXOS, bem como das demais normas aplicáveis à CONCORRÊNCIA.

5.4 Caso a LICITANTE participe por meio de consórcio, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no EDITAL:

5.4.1 Na hipótese de participação em consórcio, cada consorciada deverá apresentar os documentos exigidos para habilitação, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

5.4.2 Além de outros documentos exigidos pelo EDITAL, a participação da licitante em regime de consórcio fica condicionada à apresentação de “Instrumento de Constituição de Consórcio” ou de “Compromisso de Constituição de Consórcio”, subscrito por todas as consorciadas, e de “Instrumento de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico”, nos termos deste EDITAL.

5.4.3 O Termo de Compromisso de Participação em Consórcio e o de Constituição da SPE deverão ser subscritos por todos os consorciados, devendo conter ainda os seguintes elementos:

5.4.3.1 Denominação do CONSÓRCIO;

5.4.3.2 Dos objetivos do Consórcio, restritos à participação na licitação;

5.4.3.3 Composição do consórcio, com a qualificação das empresas compromissárias, com a indicação do percentual de participação de cada empresa consorciada;



-
- 5.4.3.4 Indicação da empresa líder, que necessariamente deve ser empresa sediada no Brasil;
- 5.4.3.5 Outorga de amplos poderes à empresa líder do CONSÓRCIO para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, podendo assumir obrigações em nome do CONSÓRCIO;
- 5.4.3.6 Declaração de responsabilidade solidária das consorciadas até a assinatura do CONTRATO;
- 5.4.3.7 Declaração de que, caso vencedor o CONSÓRCIO, as consorciadas constituirão a empresa CONCESSIONÁRIA, na forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de acordo com as regras estabelecidas neste EDITAL e ANEXOS, como sociedade limitada ou sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com sede e administração no MUNICÍPIO, cujo objeto social deve restringir-se, única e exclusivamente ao objeto da CONCESSÃO, em conformidade com o modelo do ANEXO 15.
- 5.4.4 Não será permitida a participação em consórcio de LICITANTE que esteja participando isoladamente da licitação.
- 5.4.5 Não será permitida, ainda, a participação de um mesmo licitante como consorciado em mais de um consórcio, nos termos do inciso IV, do art. 15, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.4.6 É vedada a participação de membro consorciado, suas coligadas, controladas, controladora, ou sob controle comum, em mais de um consórcio, ainda que com participações ou membros distintos entre si, ou isoladamente, na mesma licitação.
- 5.4.7 A qualificação técnica poderá ter suas exigências atendidas individualmente, por intermédio de qualquer consorciado, ou pela soma do acervo técnico dos consorciados, observadas as demais disposições do EDITAL sobre o tema.
- 5.4.8 No caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser apresentada, integralmente por uma única empresa consorciada, ou por todas as empresas



consorciadas, conjuntamente, na proporção de sua participação, observada a solidariedade nas obrigações assumidas.

- 5.4.9 A desclassificação de PROPOSTA ou inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática desclassificação ou inabilitação do CONSÓRCIO.
- 5.4.10 Não há limite máximo de número de participantes para a constituição do CONSÓRCIO.
- 5.4.11 Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão dos consorciados até a data de assinatura do CONTRATO.
- 5.4.12 A responsabilidade solidária dos consorciados cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da presente LICITAÇÃO, no caso de o CONSÓRCIO não ter sido o LICITANTE VENCEDOR.

6 APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

- 6.1 A PROPOSTA COMERCIAL, juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues em 2 (dois) envelopes lacrados e distintos até o dia 06 de fevereiro de 2023, no horário de 8h às 9h na na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, situada à Rodovia Fernão Dias, KM 942 - Bairro dos Tenentes - Extrema MG, (Referência: Acesso ao Posto Pururuca), por representante das LICITANTES, munido dos documentos que comprovem seus poderes de representação, identificados em sua capa da seguinte forma:

ENVELOPE 1 – PROPOSTA COMERCIAL e GARANTIA DA PROPOSTA

EDITAL DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA Nº 205/2022 – PPP – Parceria Público Privada - Instalação e Operação de Usina Termoquímica de Geração Elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), por processo de gaseificação em leito fluidizado.

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).



ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA Nº 205/2022 – PPP – Parceria Público Privada - Instalação e Operação de Usina Termoquímica de Geração Elétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), por processo de gaseificação em leito fluidizado.

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER.

NOME, TELEFONE E ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

6.2 Cada um dos envelopes da PROPOSTA COMERCIAL juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá ser apresentado em uma via, encadernados separadamente, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas de cada envelope, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

6.2.1 O descumprimento do previsto neste item, caso não acarrete a inviabilidade de análise dos documentos, não será considerado para efeitos de desclassificação da proposta ou inabilitação.

6.3 Todas as folhas de cada uma das vias da PROPOSTA COMERCIAL juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser rubricadas por um de seus REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

6.4 Todos os documentos com modelos previstos no EDITAL deverão ser apresentados conforme o EDITAL.

6.5 Eventuais falhas formais na entrega ou defeitos formais nos documentos que façam parte da PROPOSTA COMERCIAL juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO poderão ser sanadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, por ato motivado, em prazo por ela estabelecido, de acordo com as peculiaridades de cada caso, observada a celeridade da CONCORRÊNCIA.



-
- 6.5.1 Considera-se falha ou defeito formal aquela que (i) não desnature o objeto do documento apresentado, e que (ii) não impeça a aferição, com a devida segurança, da informação constante no documento.
- 6.5.2 Quando do saneamento de falhas formais referido neste item 6.5, não será aceita a inclusão de documento obrigatório nos termos deste EDITAL, originalmente ausente na documentação apresentada pela LICITANTE.
- 6.6 Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:
- 6.6.1 Todos os documentos que se relacionam à CONCORRÊNCIA deverão ser apresentados em língua portuguesa, idioma pelo qual será compreendida e interpretada toda a documentação apresentada; e
- 6.6.2 No caso de documentos em língua estrangeira, somente serão considerados válidos se devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e consularizado ou apostilado, conforme o caso.
- 6.7 Não será admitida a entrega dos documentos da CONCORRÊNCIA por via postal ou qualquer outro meio não previsto neste item 6 ou após os prazos previstos neste EDITAL.
- 6.8 As LICITANTES são responsáveis por todos os custos e esforços relacionados à preparação e à apresentação dos envelopes de PROPOSTA COMERCIAL juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, isentando-se o PODER CONCEDENTE, em qualquer hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos adotados na CONCORRÊNCIA ou seus resultados.
- 6.9 A prática de atos pelas LICITANTES deverá observar a ordem e as respectivas datas para cada etapa da CONCORRÊNCIA, ficando precluso o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas da CONCORRÊNCIA, salvo nas hipóteses admitidas no EDITAL.
- 6.10 A SESSÃO PÚBLICA de abertura, rubrica e análise dos envelopes será conduzida pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e poderá ser presenciada por qualquer pessoa.



-
- 6.11 Somente poderão se manifestar nos procedimentos da SESSÃO PÚBLICA os REPRESENTANTES CREDENCIADOS das LICITANTES.
- 6.12 Somente serão aceitos envelopes e documentos de credenciamento entregues por REPRESENTANTES CREDENCIADOS.
- 6.13 Toda a documentação que as LICITANTES apresentarem em forma impressa deverá ser acompanhada de cópia fiel, em meio magnético, em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat) não editáveis, que deverão integrar cada envelope.
- 6.13.1 A apresentação em meio magnético deverá corresponder a um *pen-drive* específico para a documentação de cada envelope.
- 6.13.2 Os pen-drives deverão estar etiquetados com o nome da LICITANTE, número do EDITAL, e discriminar o envelope a que se refere (1 ou 2).
- 6.14 No caso de divergência entre:
- 6.14.1 os documentos impressos e os gravados em meio magnético, prevalecerão os textos impressos; e
- 6.14.2 números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.
- 6.15 Todos os documentos e certidões que forem apresentados nesta CONCORRÊNCIA deverão ser apresentados dentro de seus respectivos prazos de validade.
- 6.15.1 Qualquer documento apresentado fora do prazo de validade será considerado não entregue, arcando a LICITANTE com as consequências da ausência da documentação.
- 6.15.2 Para certidões entregues sem data de validade expressa, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão, salvo se outra validade for estabelecida em lei.
- 6.16 Todos os documentos que contiverem valores expressos em moeda estrangeira terão os valores convertidos em moeda corrente nacional (Real), mediante a aplicação da taxa de câmbio (PTAX) para venda publicada pelo Banco Central do Brasil no 2º (segundo) dia imediatamente anterior à data de entrega dos envelopes.



- 6.17 Todas as correspondências, informações e comunicações relativas aos procedimentos da CONCORRÊNCIA deverão estar redigidos em língua portuguesa, idioma oficial desta CONCORRÊNCIA, e ter os valores expressos em moeda corrente nacional (Real).
- 6.18 Serão lavradas atas circunstanciadas de todas as sessões públicas de recebimento e abertura de envelopes, a serem assinadas pelos membros da CEL e pelos representantes credenciados das licitantes.
- 6.19 A CEL poderá, a seu exclusivo critério, encerrar as sessões públicas após o recebimento e/ou abertura de envelopes, promovendo a análise das propostas e da documentação na própria sessão pública ou em momento posterior.
- 6.20 A CEL sempre tomará suas decisões de maneira fundamentada e por escrito, acostando aos autos do processo licitatório a respectiva decisão e fundamentos. Os envelopes não abertos poderão ser retirados pelos interessados, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO. Se eles não forem retirados neste prazo de 30 (trinta) dias, serão inutilizados, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

7 REPRESENTAÇÃO DAS LICITANTES

7.1 REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

- 7.1.1 Cada LICITANTE poderá ter 2 (dois) REPRESENTANTES CREDENCIADOS.
- 7.1.2 O representante da LICITANTE deverá se apresentar para credenciamento perante a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO no mesmo dia, local e horário designado para o início da SESSÃO PÚBLICA de abertura dos envelopes, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
- 7.1.3 A comprovação dos poderes de representação dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- (i) instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da LICITANTE, todos os atos referentes à CONCORRÊNCIA, nos moldes do modelo constante do ANEXO 12 do EDITAL, com firma



reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente); e

- (ii) no caso de consórcio, o instrumento de procuração mencionado acima deverá ser outorgado pela empresa líder, com firma reconhecida, e será acompanhado de **(a)** procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, com firma reconhecida, e **(b)** documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme últimas alterações arquivadas nos registros empresariais ou cartórios competentes).

7.1.4 Aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS é garantida a possibilidade de intervir e praticar atos durante a SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA.

7.1.5 Cada REPRESENTANTE CREDENCIADO somente poderá exercer a representação de uma única LICITANTE.

7.1.6 A qualquer momento no curso do processo licitatório, a LICITANTE poderá constituir ou substituir seu(s) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S).

7.1.7 A falta de credenciamento não constituirá motivo para a inabilitação ou desclassificação da LICITANTE.

7.1.8 Enquanto persistir a falta de credenciamento, a LICITANTE estará proibida de consignar em ata suas observações, de rubricar ou tomar ciência de documentos, bem como de praticar quaisquer outros atos nas SESSÕES PÚBLICAS da CONCORRÊNCIA.

8 GARANTIA DA PROPOSTA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

GARANTIA DA PROPOSTA

8.1 Integra o conteúdo do Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, como requisito de pré-qualificação, com a finalidade de assegurar o cumprimento da obrigação de firmar futuro instrumento contratual, a GARANTIA DA PROPOSTA, a ser



prestada pela LICITANTE, no valor de **R\$ 613.375,50 (seiscentos e treze mil trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta reais)**, correspondente a 1% do valor estimado do CONTRATO, nos termos do art. 58, §1º da Lei 14.133/21, com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, contados da SESSÃO PÚBLICA para abertura da licitação.

8.2 A GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter seu prazo de validade prorrogado pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, às expensas das próprias licitantes, caso a sua vigência expire antes da assinatura do contrato.

8.3 Se a LICITANTE não comprovar a renovação da GARANTIA DA PROPOSTA no prazo fixado no item 8.2, será notificada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para fazê-lo no prazo de 5 (dias) a partir do recebimento da notificação, sob pena de ser desclassificada da CONCORRÊNCIA.

8.4 A GARANTIA DA PROPOSTA não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo LICITANTE relativamente à participação no certame.

8.5 É vedada qualquer modificação nos termos e condições da GARANTIA DA PROPOSTA apresentada.

8.6 A GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser ofertada em uma das seguintes modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei 14.133/21, sendo:

8.6.1 Caução em dinheiro, na moeda corrente do País, depositada em conta indicada pelo PODER CONCEDENTE, a ser aberta para esse fim específico, mediante o comprovante de realização do depósito bancário, devidamente autenticado pelo Banco recebedor;

8.6.2 Títulos da dívida pública do Tesouro Nacional, emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, em via original e acompanhado de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor;

8.6.3 Seguro-garantia, emitido por Seguradora em favor do PODER CONCEDENTE, autorizada e reconhecida pelo Banco Central do Brasil;



8.6.4 Fiança bancária, emitida por Instituição Financeira em favor do PODER CONCEDENTE, autorizada e reconhecida pelo Banco Central do Brasil;

8.7 No caso de Consórcio, a GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser:

8.7.1 Emitida em nome de todos os seus membros, ou, alternativamente, ser:

8.7.2 Emitida individualmente, em nome de cada de seus membros, na proporção de sua respectiva participação no consórcio, desde que alcance o montante prescrito neste EDITAL.

8.8 Não será aceita pelo PODER CONCEDENTE nenhuma outra forma de GARANTIA DA PROPOSTA, além das descritas no item 8.6 deste EDITAL.

8.9 A GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser executada, mediante prévia notificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL e na legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

8.9.1 Caso a licitante não mantenha sua proposta durante o período de validade estabelecido;

8.9.2 Caso a licitante pratique atos visando frustrar os objetivos do certame ou incorra em alguma conduta passível de penalização, nos termos da legislação aplicável, deste EDITAL e ANEXOS;

8.9.3 Caso a adjudicatária deixe de assinar o CONTRATO por qualquer motivo a ela imputado; ou,

8.9.4 Caso a adjudicatária não cumpra as obrigações prévias à celebração do CONTRATO.

8.10 O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelas LICITANTES em decorrência de sua participação na CONCORRÊNCIA, inclusive nos casos de desclassificação por fato superveniente, dará causa à execução da GARANTIA DA PROPOSTA, mediante notificação pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO à LICITANTE inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL ou na legislação aplicável.



-
- 8.10.1 Na hipótese de desistência da PROPOSTA COMERCIAL apresentada, de recusa injustificada em assinar o CONTRATO ou não apresentação da documentação exigida no item 15.4 a LICITANTE sofrerá multa equivalente ao valor integral da GARANTIA DA PROPOSTA, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
- 8.10.2 A GARANTIA DA PROPOSTA responderá pelas penalidades e indenizações devidas pelas LICITANTES durante a CONCORRÊNCIA, até a assinatura do CONTRATO, observado que, para a ADJUDICATÁRIA, a GARANTIA DA PROPOSTA responderá pelos prejuízos causados até a DATA DE EFICÁCIA.
- 8.11 Caso o valor da GARANTIA DA PROPOSTA seja insuficiente para fazer frente às penalidades e/ou indenizações impostas, a LICITANTE ficará obrigada a pagar pelos valores remanescentes no mesmo prazo indicado para pagamento da penalidade ou indenização a ela imposta.
- 8.12 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a regularidade e efetividade das GARANTIAS DAS PROPOSTAS.
- 8.13 As LICITANTES deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da GARANTIA DA PROPOSTA:
- 8.13.1 No caso de caução em dinheiro, a GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser prestada em moeda corrente nacional por meio de pagamento de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) deverá soliciar a DAM presencialmente ou através do e-mail: auditorfiscal@extrema.mg.gov.br, devendo descrever no campo do documento de arrecadação em “informações previstas em instruções”, o número e o ano da CONCORRÊNCIA a que se refere a caução da garantia da proposta, em até 24h (vinte e quatro horas) antes da data de entrega dos envelopes, apresentando-se o comprovante de pagamento, sob pena de ineficácia da prestação da garantia.
- 8.13.2 A GARANTIA DA PROPOSTA, apresentada nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária, deverá seguir o conteúdo mínimo dos



modelos constantes nos ANEXOS 2 e 3 do EDITAL, em sua forma original para fiança bancária (não serão aceitas cópias de qualquer espécie) ou assinadas digitalmente para seguro-garantia, e deverão ter seu valor expresso em Reais (R\$), bem como a assinatura dos administradores da sociedade emitente, com comprovação dos respectivos poderes para representação.

- 8.13.3 Na hipótese de a GARANTIA DA PROPOSTA ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-á, apenas, Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN), Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), Tesouro IGP-M com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C) ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B), que deverão ser emitidas sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- 8.13.4 Na hipótese de a GARANTIA DA PROPOSTA ser prestada na modalidade de seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, sendo que a apólice deverá estar de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 477/2013.
- 8.13.5 Caso a GARANTIA DA PROPOSTA apresentada na modalidade de seguro-garantia contemple qualquer cláusula incompatível com as disposições deste EDITAL, inclusive cláusulas limitadoras ou de isenção de responsabilidade, deverá a LICITANTE apresentar endosso, emitido pela companhia seguradora, informando a inaplicabilidade de tais cláusulas à presente LICITAÇÃO, bem como a validade do seguro-garantia a todas as hipóteses previstas no item 8.19 deste EDITAL.



-
- 8.14 As LICITANTES que não apresentarem a GARANTIA DA PROPOSTA nas condições estabelecidas neste EDITAL estarão impedidas de participar da CONCORRÊNCIA e terão os demais documentos devolvidos.
- 8.15 Encerrada a CONCORRÊNCIA, as GARANTIAS DAS PROPOSTAS de cada LICITANTE que dela participou serão devolvidas em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do CONTRATO, ou após a data de publicação da revogação ou anulação da LICITAÇÃO, ressalvado o disposto no item 8.16.
- 8.16 A GARANTIA DA PROPOSTA da ADJUDICATÁRIA vencedora será devolvida após 30 (trinta) dias da DATA DE EFICÁCIA.

GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

- 8.17 A LICITANTE VENCEDORA deverá, até a assinatura do CONTRATO, prestar a garantia de cumprimento das obrigações contratuais, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do CONTRATO, nos termos do art. 97 da Lei 14.133/21, apresentando ao PODER CONCEDENTE o respectivo comprovante, regra esta que poderá ser modificada para elevar dito percentual, acaso se façam presentes as circunstâncias do artigo 98 do mesmo diploma, cabendo àquela, em qualquer hipótese, optar pela modalidade de garantia prevista no §1º do artigo 96 da Lei de Licitações.
- 8.18 Na hipótese de execução parcial ou integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá promover sua imediata renovação nos valores estabelecidos no subitem 8.17.
- 8.19 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a critério da CONCESSIONÁRIA, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:
- 8.19.1 caução, em dinheiro;
 - 8.19.2 fiança bancária, respeitadas as condições estabelecidas no ANEXO 7;
 - 8.19.3 seguro-garantia, respeitadas as condições estabelecidas no ANEXO 7; ou
 - 8.19.4 títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de



liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados seus valores conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

- 8.20 Se a CONCESSIONÁRIA optar pela modalidade de garantia prevista no subitem 8.19.3, deverá prestá-la no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.
- 8.21 As cartas de fiança deverão ser contratadas junto a instituições de primeira linha e deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da DATA DE EFICÁCIA, sendo de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, bem como promover as renovações e atualizações que forem necessárias para tanto.
- 8.22 As apólices de seguro-garantia deverão ser contratadas junto a instituições de primeira linha e deverão ter prazo de vigência igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato e deverão acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 8.23 Qualquer modificação ao conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia deverá ser previamente submetida à aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 8.24 A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, em até 20 (vinte) dias antes do término do prazo de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas pelo valor integral.
- 8.25 Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA optar pela apresentação dos títulos da dívida pública, deverá garantir, no PRAZO DA CONCESSÃO, a cobertura do valor referido no subitem 8.17.
- 8.26 Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no CONTRATO e na regulamentação vigente, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser utilizada nos seguintes casos:
- 8.26.1 na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não realizar as obrigações previstas no CONTRATO ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;



8.26.2 na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas ou indenizações que lhe forem impostas, na forma do CONTRATO;

8.26.3 na hipótese de entrega de BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências estabelecidas no CONTRATO;

8.26.4 declaração de caducidade.

8.27 A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

8.28 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias após o advento do termo contratual.

8.29 A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, nos termos do art. 100 da Lei Federal nº 14.133/21.

9 PROPOSTA COMERCIAL

9.1 O envelope da PROPOSTA COMERCIAL conterá, além da carta de apresentação devidamente assinada, conforme modelo constante do ANEXO 4 do EDITAL, a GARANTIA DA PROPOSTA.

9.2 A PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE deverá registrar o VALOR MÁXIMO DE CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL que será pago pelo PODER CONCEDENTE.

9.3 A PROPOSTA COMERCIAL é incondicional, irrevogável e irretratável e deverá considerar:

(i) todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da CONCESSÃO;

(ii) os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA em virtude da operação da CONCESSÃO;



(iii) a reversibilidade dos BENS REVERSÍVEIS, observadas as condições fixadas no CONTRATO;

(iv) o prazo de 30 (trinta) anos para a CONCESSÃO;

9.4 A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser válida por 1 (um) ano, contado da data para recebimento dos envelopes, mantidas todas as suas condições durante esse período.

9.5 Juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL, devem ser apresentados os seguintes documentos:

- (i) Uma carta de instituição ou entidade financeira que assessora a LICITANTE na montagem financeira do empreendimento, declarando que analisou o Plano de Negócios a ela apresentado pela LICITANTE e atesta sua viabilidade e exequibilidade, com o conteúdo mínimo do ANEXO 13 do presente EDITAL, apresentando, ainda, um Termo de Confidencialidade celebrado entre a LICITANTE e a instituição ou entidade financeira, com o conteúdo mínimo do ANEXO 14 do presente EDITAL.

9.6 A instituição ou entidade financeira referida no subitem 9.5, inciso (i), deverá ser nacional ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e possuir patrimônio líquido no exercício anterior de, no mínimo, R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de Reais), comprovado por meio da apresentação das últimas demonstrações financeiras disponíveis devidamente publicadas.

9.6.1 A instituição financeira não poderá ser LICITANTE, nem poderá ser CONTROLADORA, CONTROLADA, COLIGADA ou entidade sob CONTROLE comum da LICITANTE, tampouco poderá se encontrar submetida a liquidação, intervenção ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET ou regime equivalente.

9.6.2 A licitante deverá apresentar em anexo à sua PROPOSTA COMERCIAL, o PLANO DE NEGÓCIOS, conforme modelo constante no ANEXO 5, sob pena de desclassificação.



9.6.3 As informações contidas na PROPOSTA COMERCIAL poderão ser mantidas pelo PODER CONCEDENTE para formação de base de dados de processos licitatórios.

10 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 O envelope dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá ser iniciado com carta de apresentação, devidamente assinada, conforme modelo constante do ANEXO 6 do EDITAL.

10.2 O envelope dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter os documentos indicados abaixo, de acordo com a natureza jurídica da LICITANTE.

10.3 A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada mediante a apresentação, pela licitante individual ou cada consorciada, dos seguintes documentos:

- (i) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor, conforme última alteração arquivada na Junta Comercial, ou em cartório de registro competente; caso a última alteração do estatuto social/contrato social não consolide as disposições do estatuto social/contrato social em vigor, deverão também ser apresentadas as alterações anteriores que contenham tais disposições;
- (ii) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- (iii) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples nacionais, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- (iv) Prova de eleição dos administradores da LICITANTE, devidamente registrada no registro empresarial ou órgão competente;
- (v) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



-
- (vi) Declaração da LICITANTE, para formação de Sociedade de Propósito Específico - SPE, conforme modelo ANEXO 15 para o caso de participação em CONSÓRCIO, junto aos documentos de habilitação jurídica, juntamente com o Termo de Compromisso de Participação em Consórcio.

10.4 Os documentos relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA serão constituídos por:

- (i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, apresentados na forma da lei, podendo ser apresentados de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (Decreto Federal nº 6.022/2007), de modo a comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. No caso de sociedade anônima, o balanço deverá estar publicado em órgãos de imprensa, na forma da lei;
- (ii) Caso a LICITANTE ou consorciada, seja filial/sucursal, deverá apresentar o balanço patrimonial consolidado da matriz;
- (iii) Nada consta em Certidão Civil de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial ou nada consta em Certidão de Insolvência Civil, emitida pelo distribuidor do domicílio da licitante, no máximo em até 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

10.5 A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA será comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- (i) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- (ii) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio



ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- (iii) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- (iv) Certidão de regularidade de débito tributário perante a Fazenda estadual do domicílio ou sede da LICITANTE;
- (v) Certidão de regularidade de débito tributário mobiliário perante a Fazenda municipal, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- (vi) Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- (vii) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- (viii) Declaração expressa de que a LICITANTE não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da LICITANTE, conforme modelo constante do ANEXO 8 DO EDITAL.

10.5.1 Caso alguma certidão seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data final para o recebimento dos envelopes; e

10.5.2 Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões.

10.6 A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA das LICITANTES será comprovada mediante:



10.6.1 Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da sede da LICITANTE e de seu(s) responsável(is) técnico(s), comprovando a regularidade da inscrição, obedecidas as disposições do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

10.6.2 Comprovação de experiência em instalação e operação de Planta Termoquímica para produção de gás de síntese apto a ser empregado em geração de energia térmica ou elétrica partir de Combustível Derivados de Resíduos Sólidos Urbanos, que tenha comprovado aptidão no tratamento e a destinação final de resíduos com o aproveitamento energético e redução da massa para destinação final de, ao menos, 20% do objeto deste EDITAL, em qualquer setor.

10.6.2.1 A comprovação da LICITANTE quanto ao item 10.6.2 deverá ser realizada através de uma ou mais opções abaixo descritas:

- i. Laudo técnico de avaliação de bens móveis referente a planta de gaseificação instalada pela LICITANTE, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida por empresa perita técnica devidamente registrada(s) no CREA;
- ii. Contrato da LICITANTE com entidade de direito público ou privado para construção, instalação e/ou operação de planta de gaseificação;
- iii. Balanço patrimonial da LICITANTE constando Planta de gaseificação como ativo integralizado, assinado pelo representante legal da empresa e contador devidamente registrado no CRC regional.

10.6.2.2 A LICITANTE também deverá comprovar que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, com experiência na operação de Planta Termoquímica para Combustível Derivado de Resíduo e/ou



biomassa, comprovada por termo de declaração emitido por pessoa física ou jurídica detentora da propriedade intelectual referente ao equipamento, contendo:

- i. Identificação da pessoa física ou jurídica emitente signatária;
- ii. Nome e número de registro no CREA do profissional certificado signatário;
- iii. Endereço completo do emitente;
- iv. Outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;
- v. Carta da propriedade intelectual com número de registro.

10.6.2.3 Para o aceite da comprovação do item 10.6.2.1, a planta termoquímica deverá apresentar um ou mais dos documentos listados abaixo:

- i. Relatório de Monitoramento de Emissões Atmosféricas (RMEA) conduzido na planta em ensaios com Combustível Derivado de Resíduo com resultados satisfatórios perante a Resolução CONAMA 316/2022;
- ii. Certificação da Planta Termoquímica em relação a norma ABNT NBR ISO 16290:2015 alcançando, no mínimo, TRL superior a 7.

10.6.3 O(s) instrumento(s) referido(s) no item 10.6.2 deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do atestante ou contratante para eventual consulta ou diligência.

10.6.4 A integração ao quadro permanente da licitante poderá ser demonstrada por meio de um dos seguintes comprovantes:

- i. Contrato Social;



-
- ii. Registro na Carteira Profissional;
 - iii. Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho;
 - iv. Contrato de prestação de Serviços, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, sendo admissível que o contrato seja assinado para efeitos de contratação;
 - v. Quando se tratar de dirigente de empresa, tal comprovação poderá ser feita por meio da cópia da Ata da Assembleia, referente a sua investidura no cargo ou, no caso de sócio, mediante apresentação do respectivo Contrato ou Estatuto Social.

10.6.5 O(s) profissional (is) indicado (s) pela LICITANTE para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

10.6.6 Caso a LICITANTE participe da presente CONCORRÊNCIA por meio de consórcio, as consorciadas poderão individualmente atender às qualificações técnicas exigidas nos itens anteriores, desde que possuam, cada uma delas, uma participação societária de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do capital social da SPE a ser constituída.

10.6.7 Além dos documentos referidos acima, a LICITANTE deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos, devidamente acompanhados da comprovação dos poderes de seus signatários:

- (i) declaração de elaboração independente de proposta, na forma do ANEXO 7 DO EDITAL;
- (ii) declaração de que a LICITANTE não se encontra em processo de (i) falência, (ii) recuperação judicial ou extrajudicial (iii) liquidação judicial ou extrajudicial, (iv) insolvência, (v) administração especial temporária ou (vi) intervenção,



conforme modelo constante do ANEXO 9 DO EDITAL, ressaltado o disposto no item 5.2.2;

- (iii) declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da CONCORRÊNCIA, conforme modelo constante do ANEXO 10 DO EDITAL;
 - (iv) declaração de capacidade financeira constante do ANEXO 11 do EDITAL. A LICITANTE deverá declarar que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e obtenção de recursos de terceiros necessários à consecução do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, inclusive a obrigação de integralização no capital social da SPE, na DATA DE EFICÁCIA;
 - (v) Declaração de atendimento aos requisitos do EDITAL, incluindo os de habilitação, conforme modelo de declaração do ANEXO 6;
 - (vi) A LICITANTE deverá apresentar, ainda, declaração expressa de que alocação dos equipamentos necessários e suficientes, e em bom estado de conservação, para a execução das obras e serviços de sua responsabilidade, bem como a manutenção de Responsável Técnico;
 - (vii) Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) já ter a LICITANTE realizado investimentos de longo prazo na modalidade *Project* ou *Corporate Finance*.
- b) Para comprovação de *Corporate Finance*, deverá ser apresentado atestado que comprove que a licitante, ou, em caso de consórcio, por qualquer de seus componentes, realizou investimento em obra contratada por empreitada, obra integrante de concessão ou aporte em consórcio ou concessionária da qual faça ou tenha feito parte, com recursos tomados em operação de crédito corporativo,



contraída para a realização desses investimentos, por um prazo superior ou igual a 5 (cinco) anos.

c) Para a comprovação de *Project Finance* deverá ser apresentado, alternativamente, um dos dois atestados a seguir:

i. atestado que comprove que a LICITANTE, ou, em caso de consórcio, por qualquer de seus componentes, financiou, com recursos próprios, obra contratada por empreitada, obra integrante de concessão ou tenha financiado com recursos próprios, consórcio ou concessionária, da qual faça ou tenha feito parte, através de contrato de financiamento estruturado no qual a LICITANTE seja a financiadora, por um prazo superior ou igual a 5 (cinco) anos;

ii. atestado que comprove que a LICITANTE, ou, em caso de consórcio, por qualquer de seus componentes, contratou operação de crédito destinada a financiar investimentos em obra contratada por empreitada, obra integrante de concessão ou tenha financiado concessionária, da qual faça ou tenha feito parte, através de operação de crédito estruturada, para financiamento desses investimentos, por um prazo superior ou igual a 5 (cinco) anos. Neste caso, serão aceitos atestados em nome de consórcio ou concessionária da qual a LICITANTE faça ou tenha feito parte, considerando-se como valor atestado à LICITANTE o valor total do atestado multiplicado pela participação percentual da LICITANTE.

d) O(s) atestado(s) exigidos neste subitem, deverá(ão) estar acompanhado(s) dos documentos necessários à comprovação de sua veracidade, tais como, contratos de financiamento, balanços patrimoniais e demonstrações de resultado e atos societários de aumento de capital, acompanhados dos boletins de subscrição ou outros que comprovem de maneira eficaz a realização do *Project ou Corporate Finance*.



-
- e) Caso seja apresentado contrato de financiamento, deverá haver clara e expressa referência ao investimento realizado e prazo total de financiamento.
 - f) Caso sejam apresentados balanço patrimonial e demonstrações de resultados, os lançamentos em caixa e ativo imobilizado relativos ao investimento realizado a cujo atestado(s) se refira(m), deverão estar devidamente destacados, com a finalidade de possibilitar sua imediata identificação e a respectiva e devida comprovação.

10.6.8 O primeiro ciclo de investimentos deverá ser realizado nos primeiros 15 (quinze) meses de vigência da concessão. Nesse período, os valores envolvidos no projeto, conforme o modelo econômico-financeiro, são os seguintes:

- Valor estimado de exposição máxima: R\$ 56.705.908 (cinquenta e seis milhões, setecentos e cinco mil reais, novecentos e oito reais) (ano 2)
- Payback: Ano 11

10.6.9 Considerando-se o valor estimado de exposição financeira máxima para o primeiro ciclo de investimentos do contrato, previsto no subitem 10.6.8, os quais deverão ser arcados pela composição de recursos próprios e alavancagem financeira da SPE, o valor do atestado a ser apresentado para a comprovação exigida no subitem “vii” do item 10.6.7 deverá ser de, no mínimo, R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), isto é, menos de 45% da exposição máxima;

10.6.9.1 Em caso de consórcio, será admitida a somatória dos atestados apresentados pelas componentes. Neste caso, os atestados deverão ter valor maior ou igual a 50% do valor estipulado no item 10.6.9.

10.6.10 O atestado ou certidão de aptidão, conforme listados, deverão conter, sem a elas necessariamente se limitar, as seguintes informações:



-
- i. Objeto;
 - ii. Características das atividades e serviços desenvolvidos;
 - iii. Valor total do empreendimento e percentual de participação da licitante e/ou da empresa contratada;
 - iv. Datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
 - v. Datas de início e término da participação da empresa no consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio;
 - vi. Descrição das atividades exercidas no consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio;
 - vii. Local da realização das atividades e serviços;
 - viii. Razão social do emitente;
 - ix. Nome e identificação do signatário.

10.6.11 Em caso de apresentação pelo LICITANTE de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

10.6.11.1 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;

10.6.11.2 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

11 COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



-
- 11.1 A CONCORRÊNCIA será processada e julgada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua realização.
- 11.2 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá solicitar auxílio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Procuradoria Geral do Município, da Controladoria Geral do Município, dos seus consultores, bem como de outros membros da Administração Pública Municipal que não integrem a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 11.3 No desempenho de suas funções, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá ainda valer-se do auxílio de terceiros, prestadores de serviços técnicos especializados, especialmente para a análise da GARANTIA DA PROPOSTA prevista neste EDITAL.
- 11.4 Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá:
- (i) solicitar às LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;
 - (ii) promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da CONCORRÊNCIA, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pelas LICITANTES;
 - (iii) prorrogar ou antecipar, respeitados os limites legais, os prazos de que trata o EDITAL, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior; e
 - (iv) na hipótese de alteração que afete de forma inequívoca a elaboração da GARANTIA DA PROPOSTA, da PROPOSTA COMERCIAL e/ou dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, alterar (a) data para recebimento dos envelopes; e (b) a data prevista para a abertura dos envelopes e julgamento das propostas, prorrogando-se ou reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.



11.5 Qualquer alteração no EDITAL será publicada na IOEM e nos demais meios utilizados para disponibilização da documentação.

11.6 A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste EDITAL, poderá ensejar a desclassificação e/ou inabilitação da LICITANTE e poderá ensejar a execução da GARANTIA DA PROPOSTA.

12 ORDEM DOS PROCEDIMENTOS DA CONCORRÊNCIA

12.1 O recebimento dos envelopes e a SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA seguirão a ordem de eventos indicados abaixo:

Eventos	Descrição do Evento	Datas
1.	i. Publicação do EDITAL;	16/12/2022
2.	ii. Prazo para solicitação de esclarecimentos ao EDITAL;	01/02/2023
3.	iii. Prazo para impugnação ao EDITAL;	01/02/2023
4.	iv. Recebimento, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, de todas as vias dos envelopes relativos a: (i) PROPOSTA COMERCIAL, juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA e (ii) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;	06/02/2023
	v. Encerrado o credenciamento dos REPRESENTANTES das LICITANTES, o procedimento seguirá a seguinte ordem:	06/02/2023
	1. Abertura dos envelopes das PROPOSTAS COMERCIAIS, juntamente com a GARANTIA DA PROPOSTA;	06/02/2023
	2. Após o julgamento das propostas comerciais e GARANTIA DA PROPOSTA, a LICITANTE poderá manifestar a intenção de recorrer quanto ao julgamento destas;	06/02/2023
	3. Divulgação da ordem de classificação das LICITANTES pelo MENOR PREÇO;	06/02/2023



Eventos	Descrição do Evento	Datas
	4. Abertura do envelope de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO unicamente da LICITANTE melhor classificada e, em caso de inabilitação, da LICITANTE classificada em segundo lugar e assim sucessivamente;	06/02/2023
	5. Após o julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, a(s) LICITANTE(s) inabilitada(s) poderá(ão) manifestar sua intenção de recorrer quanto à decisão de inabilitação;	06/02/2023
	6. Habilitação da LICITANTE melhor classificada na ordem de convocação;	06/02/2023
	7. Após a divulgação do resultado de habilitação, as LICITANTES poderão manifestar sua intenção de recorrer quanto à decisão de habilitação;	06/02/2023
	8. Abertura de prazo para apresentação de razões recursais dos atos de julgamento das propostas comerciais e garantia da proposta, bem como decisão de inabilitação/habilitação, com contagem inicial da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação;	06/02/2023 à 09/02/2023
	9. Abertura de prazo para apresentação de contrarrazões, com início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;	10/02/2023 à 14/02/2023
	10. Julgamento dos recursos e respectivas contrarrazões;	15/02/2023 à 17/02/2023
	11. Adjudicação do objeto ao LICITANTE vencedor;	20/02/2023
5.	12. Homologação do resultado da CONCORRÊNCIA;	28/02/2023
6.	13. Comprovação de atendimento, pela LICITANTE vencedora, das condições prévias à assinatura do CONTRATO;	01/03/2023
7.	14. Assinatura do CONTRATO.	01/03/2023



-
- 12.1.1 Os prazos previstos acima poderão ser alterados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO mediante publicação IOEM e no sítio eletrônico <https://www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes/>.
- 12.2 No dia, hora e local indicados neste EDITAL, a Comissão Especial da Licitação, em sessão pública, proclamará recebidos os envelopes com a DOCUMENTAÇÃO das LICITANTES que tenham sido protocolados nos termos deste EDITAL.
- 12.3 Encerrado o credenciamento, os integrantes da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e os Representantes Credenciados rubricarão todos os envelopes apresentados por todos os licitantes e a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO procederá à abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e GARANTIA DA PROPOSTA das LICITANTES, rubricando, juntamente com os representantes credenciados das LICITANTES, os documentos constantes destes envelopes.
- 12.4 Os documentos de representação das LICITANTES serão retidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e juntados ao processo da LICITAÇÃO.
- 12.5 O procedimento licitatório observará as fases previstas no art. 17 da Lei 14.133/21.
- 12.6 O conteúdo dos Envelopes nº 01, que contém as PROPOSTAS COMERCIAIS e GARANTIAS DA PROPOSTA, será rubricado obrigatoriamente pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados das LICITANTES presentes na SESSÃO PÚBLICA de abertura dos envelopes, observado o disposto neste EDITAL.
- 12.7 O julgamento e a verificação quanto à adequação e compatibilidade das PROPOSTAS COMERCIAIS e GARANTIAS DA PROPOSTA poderá ocorrer na própria sessão, ou em sessão a ser realizada entre os membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, de acordo com a avaliação de conveniência do Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, sendo que, nesta hipótese, o resultado do julgamento será adequadamente divulgado por todos os meios exigidos.
- 12.8 O julgamento da GARANTIA DA PROPOSTA dar-se-á mediante verificação de atendimento às exigências do EDITAL e nos termos do art. 58 da Lei 14.133/2021, podendo ser desclassificada a licitante que não cumprir com os requisitos mínimos para a prestação da GARANTIA DA PROPOSTA.



- 12.9 O julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS dar-se-á, mediante verificação de atendimento às exigências do EDITAL.
- 12.10 A classificação das licitantes será em ordem crescente, se posicionando em primeiro lugar a licitante que ofertar o menor preço.
- 12.11 Havendo empate entre as propostas apresentadas, a LICITANTE classificada em primeiro lugar será definida pelos critérios de desempate estabelecidos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, e persistindo a igualdade, por meio de sorteio, promovido pelo presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL.
- 12.12 Caso a licitação seja suspensa, na forma do item 12.7, o resultado da análise e julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS e das GARANTIAS DA PROPOSTA, além do aviso de retomada da sessão da licitação, serão publicados no site www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes e enviados nos e-mails cadastrados pelas LICITANTES.
- 12.13 Às LICITANTES será assegurada a possibilidade de interpor recursos quanto ao julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS, bem como das GARANTIAS DA PROPOSTA, devendo, para tanto, manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 12.14 A apresentação das razões recursais das LICITANTES, bem como de contrarrazões, dar-se-á na forma e prazo previstos no art. 165, §1º da Lei 14.133/2021.
- 12.15 Após a declaração da LICITANTE melhor classificada, será aberto o Envelope nº 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, unicamente da LICITANTE mais bem classificada, que deverão ser rubricados pelos membros da Comissão Especial da Licitação e pelos representantes das LICITANTES presentes.
- 12.16 A análise de adequação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ocorrerá em sessão pública, ou em sessão interna, a exclusivo critério da Comissão Especial da Licitação.
- 12.17 No caso de a LICITANTE melhor classificada ser inabilitada, esta deverá manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, pelo que, em seguida, serão analisados os documentos de habilitação da LICITANTE com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma LICITANTE classificada atenda às condições fixadas no EDITAL.



- 12.18 A cada inabilitação, a LICITANTE inabilitada deverá manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer quanto à decisão de INABILITAÇÃO, sob pena de preclusão.
- 12.19 Após a análise de adequação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE convocada na ordem de classificação e sendo verificado o atendimento das exigências do EDITAL, esta será habilitada.
- 12.20 Após a habilitação da LICITANTE convocada na ordem de classificação, as demais LICITANTES poderão manifestar sua intenção de recorrer, pelo que será aberto prazo para a apresentação das razões recursais quanto à decisão relativa às PROPOSTAS COMERCIAIS e GARANTIAS DA PROPOSTA, assim como em relação à decisão de HABILITAÇÃO ou INABILITAÇÃO, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação.
- 12.21 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 12.22 As LICITANTES que manifestaram intenção de recorrer em uma ou qualquer das fases do procedimento, deverão apresentar as suas razões recursais atreladas à matéria de fato e/ou direito relacionadas à etapa na qual tenha manifestado a intenção de recorrer.
- 12.23 Acaso a LICITANTE Recorrente invoque em suas razões recursais matéria pertinente à etapa do procedimento na qual não tenha manifestado sua intenção de recorrer, tal questão não será objeto de apreciação pela Comissão.
- 12.24 Se da procedência de recursos resultar na inabilitação da LICITANTE que foi habilitada, será realizada a análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE subsequente mais bem classificada, e assim sucessivamente, até que se verifique o atendimento integral às exigências de habilitação estabelecidas no EDITAL.
- 12.25 Ocorrendo a hipótese do item 12.24, a manifestação de interesse de interpor recurso, bem como de apresentação das razões recursais, observará o mesmo ciclo disposto nos itens anteriores.
- 12.26 Após o julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ou após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos e respectivas contrarrazões, se houver, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.



- 12.27 O aviso do resultado da licitação será publicado no site da Prefeitura Municipal de Extrema, no endereço eletrônico www.extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/licitacoes, conforme disposto neste EDITAL.
- 12.28 Além do procedimento acima mencionado, esta licitação deverá observar as seguintes disposições gerais:
- 12.28.1 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL poderá, a seu exclusivo critério, encerrar as SESSÕES PÚBLICAS após abertura de envelopes, promovendo a análise da documentação e das propostas na própria sessão pública ou em sessão própria entre os membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL. Em qualquer das hipóteses, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL sempre tomará suas decisões de maneira fundamentada e por escrito, acostando aos autos do processo licitatório a respectiva decisão e fundamentos;
- 12.28.2 Constituirão peças do processo de que trata este EDITAL toda a documentação e proposta das licitantes;
- 12.28.3 Em qualquer fase da licitação a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL pode, a seu critério, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da licitação, desde que a licitante possa satisfazer às exigências dentro de 03 (três) dias úteis a contar da notificação da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL;
- 12.28.4 Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL, podendo o Presidente convocar especialistas para lhe assessorar no julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS;
- 12.28.5 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL não se responsabiliza por falhas na comunicação eletrônica das licitantes;
- 12.28.6 Não cabe desistência de PROPOSTA COMERCIAL durante o processo licitatório, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL;
- 12.28.7 Por motivo de interesse público, força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL se resguarda no direito de adiar a data prevista para a sessão de abertura da



licitação, publicando o aviso de adiamento nos mesmos meios em que foi publicado o aviso anterior;

12.28.8 Durante a sessão de licitação, todas as manifestações cabíveis deverão ser registradas por escrito em ata, vedada a réplica ou a tréplica oral, respeitadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.29 Quando da apresentação dos envelopes, as LICITANTES expressam pleno conhecimento de que:

- a. Respondem pela veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos que apresentarem;
- b. O objeto da concessão está caracterizado e definido neste EDITAL, sendo suficientes para sua total e exata compreensão;
- c. Conhecem as condições das áreas e demais instalações existentes, relacionadas ao objeto da CONCESSÃO.

12.30 Os Envelopes nº 1 e 2, referidos neste EDITAL, deverão ser entregues direta e pessoalmente à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL, na data, hora, local e forma estipulados neste EDITAL e no aviso publicado, na presença de pelo menos 03 (três) membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL.

12.31 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO fará constar dos autos da CONCORRÊNCIA relatório no qual consignará todos os procedimentos havidos, bem como descreverá de forma detalhada a classificação, o julgamento e a análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

12.32 A SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA poderá ser suspensa pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO ao final de cada uma das etapas acima descritas, sendo-lhe facultado, ainda, publicar sua decisão na IOEM ou reconvocar as LICITANTES para nova SESSÃO PÚBLICA, na qual proferirá sua decisão.

13 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

13.1 A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO desclassificará a LICITANTE cuja PROPOSTA COMERCIAL, dentre outros motivos:



-
- 13.1.1 Não atender a totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no EDITAL;
 - 13.1.2 conter rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
 - 13.1.3 conter emendas, ressalvas ou omissões;
 - 13.1.4 implicar oferta submetida à condição ou termo não previsto neste EDITAL;
e
 - 13.1.5 consignar VALOR MÁXIMO DE CONTRAPRESTAÇÃO superior a R\$ 11.160.840,96 (Onze milhões, cento e sessenta mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e seis centavos) por ano, a partir do 3º ano;
 - 13.1.6 apresentar mais de uma PROPOSTA COMERCIAL.

14 RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 14.1 A interposição e análise dos recursos observará os trâmites previstos no art. 165 da Lei 14.133/2021.
- 14.2 Das decisões da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO em cada fase do procedimento licitatório, poderá o LICITANTE manifestar intenção de recorrer imediatamente à comunicação da decisão, sob pena de preclusão.
- 14.3 A apresentação das razões recursais, que deverão conter as matérias relativas às fases nas quais o LICITANTE tenha manifestado intenção de recorrer, assim como a análise dos recursos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, dar-se-á em fase única, após a habilitação da LICITANTE convocada na ordem de classificação.
- 14.4 A apresentação das razões recursais ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou lavratura da ata de habilitação.
- 14.5 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 14.6 A manifestação do interesse de recorrer nas fases da licitação não obriga os LICITANTES à apresentação de recurso.
- 14.7 Os recursos administrativos e as contrarrazões somente serão admitidos quando subscritos pelo(s) representante(s) legal(is) das LICITANTES, devidamente



credenciados, ou procurador com poderes específicos, desde que instruídos com demonstração desses poderes, devendo ser protocolados na Prefeitura Municipal de Extrema, no endereço Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624, bairro ponte Nova, Extrema – MG., aos cuidados do (a) Presidente da Comissão Especial da Licitação ou por e-mail, por meio do endereço eletrônico decol@extrema.mg.gov.br.

14.8 Os recursos administrativos deverão observar as seguintes condições de validade e admissibilidade:

14.8.1 protocolo tempestivo por representante legal ou por procurador com poderes específicos;

14.8.2 estar a LICITANTE recorrente claramente identificada e qualificada;

14.8.3 indicação de qual(is) decisão(ões) está recorrendo;

14.8.4 exposição dos fatos;

14.8.5 indicação dos fundamentos legais de mérito;

14.8.6 indicação dos itens do EDITAL e da legislação pertinente descumpridos e/ou inobservados;

14.8.7 apresentação de documentação comprobatória que compreenda necessária;

14.8.8 indicação do pedido;

14.8.9 assinatura do representante legal ou procurador com poderes específicos.

14.9 Os recursos interpostos intempestivamente, ou em local diferente do endereço indicado para protocolo no item 14.7, não serão conhecidos.

14.10 É inadmissível a rediscussão de quaisquer questões quanto às regras deste EDITAL ou do estudo, constituindo decadência desse direito, passada a oportunidade para tanto, nas fases de Consulta Pública, Audiência Pública e Impugnação ao EDITAL.

15 HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, ASSINATURA E VIGÊNCIA DO CONTRATO



15.1 Declarada pela COMISSÃO a vencedora da LICITAÇÃO, considerado o julgamento ou decurso do prazo para recursos, o processo será encaminhado ao Prefeito do Município de Extrema – MG, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/21:

- a. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- b. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade;
- c. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
- d. Homologar o resultado e adjudicar o objeto da LICITAÇÃO, declarando por ato formal o seu vencedor.

15.2 No caso de revogação ou anulação da LICITAÇÃO, fica assegurado o direito à prévia manifestação dos interessados.

15.3 O prazo para assinatura do CONTRATO será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato de homologação.

15.4 A assinatura do CONTRATO ficará condicionada à apresentação, pela LICITANTE adjudicatária, dos seguintes documentos ao PODER CONCEDENTE:

- i. Plano de Negócios, respeitadas as diretrizes estabelecidas no EDITAL e seus anexos;
- ii. Ter constituído a SPE nos exatos termos da minuta apresentada na fase de análise dos Documentos de Habilitação com a correspondente certidão da Junta Comercial do Estado do Minas Gerais e inscrição no CNPJ;
- iii. Ter subscrito e integralizado o capital social da SPE, em moeda corrente nacional, na forma deste EDITAL;
- iv. Apresentar descrição da estrutura acionária e de gestão da SPE, contendo, no mínimo: (a) Descrição dos tipos de ações ou quotas; (b) Acionistas e/ou quotistas e suas respectivas participações por tipo de ação ou quota; (c) Indicação da composição societária da SPE, conforme aplicável, e de suas controladoras, até o nível das pessoas físicas; (iv) Acordos de acionista e/ou quotista da SPE, quando existentes; (v) Identificação dos administradores, incluindo seus respectivos currículos e dos órgãos da administração da SPE; (vi) Compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da SPE/



-
- v. Cumpridas as exigências constantes do subitem anterior, a SPE será convocada pelo PODER CONCEDENTE para assinatura do CONTRATO.

15.5 Assinado o CONTRATO, sua eficácia ficará suspensa até a DATA DE EFICÁCIA.

15.6 Na DATA DE EFICÁCIA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar os seguintes documentos ao PODER CONCEDENTE:

- (i) GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos do CONTRATO;
- (ii) Comprovação de integralização do capital social da SPE, em moeda corrente nacional de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO;
- (iii) Apólices de seguro, nos termos do CONTRATO.

15.7 O prazo previsto no item 15.3 poderá ser prorrogado, por igual período, se solicitado durante o seu transcurso pela ADJUDICATÁRIA e desde que decorra de motivo justificado, aceito pelo PODER CONCEDENTE.

15.8 Se dentro do prazo de validade de sua PROPOSTA COMERCIAL e após convocação, a ADJUDICATÁRIA não apresentar a documentação exigida para a assinatura do CONTRATO; se recusar, por meio da CONCESSIONÁRIA, a assinar o CONTRATO, ou ainda; não apresentar, por meio da CONCESSIONÁRIA, a documentação exigida na DATA DE EFICÁCIA, o MUNICÍPIO executará, imediatamente, o total da GARANTIA DA PROPOSTA apresentada pela ADJUDICATÁRIA, sem prejuízo da aplicação de multas ou de indenizações por perdas e danos sofridos pelo MUNICÍPIO nos casos em que o valor da GARANTIA DA PROPOSTA se mostrar insuficiente.

15.8.1 A recusa em assinar o CONTRATO, sem justificativa aceita pelo PODER CONCEDENTE, dentro do prazo estabelecido, acarretará à ADJUDICATÁRIA individual, ou, no caso de consórcio, a todos os consorciados, a suspensão temporária de participação em licitação, o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO pelo período de 24 (vinte e quatro) meses e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, na forma da lei.



-
- 15.8.2 Se a ADJUDICATÁRIA se recusar a assinar o CONTRATO no prazo estabelecido no item 15.3, ou, ainda, não cumprir qualquer das exigências prévias à assinatura do CONTRATO, fica a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO autorizada a convocar as demais LICITANTES, na ordem de classificação de suas PROPOSTAS COMERCIAIS, para proceder a assinatura do CONTRATO, após verificação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.
- 15.8.3 Na hipótese do item 15.8.2 e em virtude de fatos supervenientes, fica o PODER CONCEDENTE autorizado a revogar a CONCORRÊNCIA, mediante ato formal da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, devidamente justificado em prol do interesse público, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 15.8.4 O PODER CONCEDENTE, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a CONCORRÊNCIA se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.
- 15.8.5 As LICITANTES não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 15.8.6 A nulidade do procedimento licitatório induz à nulidade do CONTRATO, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 148 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.8.7 No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 15.8.8 A CEL sempre tomará suas decisões de maneira fundamentada e por escrito, acostando aos autos do processo licitatório a respectiva decisão e fundamentos. Os envelopes não abertos poderão ser retirados pelos interessados, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO. Se eles não forem retirados neste prazo de 30 (trinta) dias, serão inutilizados, independentemente de qualquer aviso ou notificação.



15.8.9 A ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO será expedida no prazo de até 30 (trinta dias), a contar da assinatura do CONTRATO, podendo tal prazo ser reduzido por solicitação da CONCESSIONÁRIA, caso esta já esteja devidamente mobilizada para início dos SERVIÇOS e os SISTEMAS relativos aos serviços estejam disponibilizados para a sua imediata assunção pela CONCESSIONÁRIA.

15.8.10 A CONCESSIONÁRIA somente assumirá os SISTEMAS quando da emissão da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO, que só terá eficácia com a consumação da assunção dos serviços pela CONCESSIONÁRIA na posse dos bens afetos e vinculados aos serviços e na gestão e operação dos serviços.

16 PENALIDADES

16.1 Sujeita-se às sanções previstas neste EDITAL a LICITANTE que descumprir o EDITAL, de modo a prejudicar o certame, ou que praticar qualquer ato ilegal dentre aqueles previstos na Lei Federal 14.133/21.

16.2 Garantidos o contraditório e a prévia e ampla defesa, as penalidades administrativas à que se sujeitam as LICITANTES ou a ADJUDICATÁRIA, conforme o caso, são as seguintes:

16.2.1 Multa, no valor da GARANTIA DA PROPOSTA;

16.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, por prazo de até 36 (trinta e seis) meses; e

16.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 A sanção prevista no subitem 16.2.1 poderá ser aplicada cumulativamente com uma das demais penalidades discriminadas no subitem 16.2, tendo-se por base a gravidade da infração e os parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade a



serem observados em cada caso, assegurada a ampla defesa e o contraditório à LICITANTE ou ADJUDICATÁRIA, conforme o caso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, observando o disposto nos artigos 157 e 158 da Lei 14.133/21.

16.4 A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com o MUNICÍPIO e a sanção de declaração de inidoneidade também poderão ser aplicadas àqueles que fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal e àqueles que não mantiverem a PROPOSTA COMERCIAL.

17 DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 As sanções para os casos de inadimplemento, bem como as condições de pagamento e os critérios de reajuste da remuneração estarão previstos no CONTRATO e seus ANEXOS.

17.2 Todas as declarações anexas devem ser assinadas, no que couber, pois tratam-se de obrigações decorrentes de participação e/ou de assinatura do contrato de concessão.

17.3 Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia de vencimento, observando o seguinte, conforme art. 183 da Lei 14.133/2021:

17.3.1 os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

17.3.2 os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;



17.3.3 nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Administração Pública Municipal.

17.4 As comunicações dos atos mencionados neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da licitação, serão feitas pela Comissão Especial da Licitação, mediante publicação na imprensa oficial e, quando for o caso, comunicado às licitantes por escrito, por carta ou e-mail.

17.5 As comunicações das licitantes à Comissão Especial da Licitação podem ser feitas por escrito, mediante entrega de correspondência protocolada no Setor de licitações, situado na Av. Delegado Waldemar Gomes pinto, 1.624, bairro Ponte Nova, Extrema – MG. ou por meio eletrônico, através de e-mail enviado para o seguinte endereço eletrônico decol@extrema.mg.gov.br.

17.6 A participação da LICITANTE nesta licitação implica na aceitação de todos os termos deste EDITAL.

17.7 A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.8 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da LICITANTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do CONTRATO, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.9 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



-
- 17.10 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às LICITANTES por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município de Extrema.
- 17.11 As LICITANTES não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 17.12 No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 17.13 Poderão ser convidados a colaborar com a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, integrantes ou não dos quadros da Administração Pública, desde que não vinculados direta ou indiretamente a qualquer das licitantes.
- 17.14 A Comissão Especial da Licitação poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas licitantes.
- 17.15 Os termos dispostos neste EDITAL e seus Anexos, as cláusulas e condições do CONTRATO complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.
- 17.16 Todas as declarações anexas devem ser assinadas, no que couber, pois tratam-se de obrigações decorrentes de participação e/ou de assinatura do contrato de concessão.
- 17.17 Os casos não previstos neste EDITAL serão decididos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL.

● **PARTE IV – ANEXOS**



Constituem parte integrante do EDITAL os seguintes Anexos:

- **Anexo 1:** Modelo de Solicitação de Esclarecimentos
- **Anexo 2:** Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia
- **Anexo 3:** Modelo de Fiança Bancária
- **Anexo 4:** Modelo de Carta de Apresentação da Proposta Comercial
- **Anexo 5:** Modelo de Apresentação do Plano de Negócio
- **Anexo 6:** Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação
- **Anexo 7:** Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta
- **Anexo 8:** Modelo de Carta de Declaração de Atendimento ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal
- **Anexo 9:** Modelo de Carta de Declaração de Inexistência de Procedimento Falimentar, Recuperação Judicial, Extrajudicial ou Regime de Insolvência
- **Anexo 10:** Modelo de Carta de Declaração de Ausência de Impedimento para Participação da Concorrência
- **Anexo 11:** Modelo de Carta de Declaração de Capacidade Financeira
- **Anexo 12:** Modelo de Procuração
- **Anexo 13:** Modelo de Declaração de Análise e Viabilidade do Plano de Negócios que Embasou a Proposta Comercial emitida por Instituição Financeira
- **Anexo 14:** Modelo de Termo de Confidencialidade Celebrado entre a LICITANTE e a Instituição ou Entidade Financeira
- **Anexo 15:** Modelo de Declaração de Formação de Sociedade com Propósito Específico
- **Anexo 16:** Termo de Referência e seus anexos
- **Anexo 17:** Minuta de Contrato

Extrema/MG, 13 de dezembro de 2022





Gerência de Compras e Licitações
Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435.4504 | (35) 3435.4307 | (35) 3435.3315



www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados



Kelsen Luiz Rodrigues Gonçalves

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



iv. **ANEXO 1 – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

[local], [●] de [●] de 2022

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº 205/2022 – Solicitação de Esclarecimentos

Prezados Senhores,

[LICITANTE], por seu(s) representante(s) legal(is), apresenta a seguinte solicitação de esclarecimentos relativa ao EDITAL.

Número da questão formulada	Item do EDITAL	Esclarecimento solicitado
1	Inserir item do EDITAL ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
2	Inserir item do EDITAL ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
3	Inserir item do EDITAL ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
4	Inserir item do EDITAL ao qual se refere o esclarecimento solicitado	Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta

Atenciosamente,

[LICITANTE]

Responsável para contato: [●]

Telefone: [●]

Endereço eletrônico: [●]



ANEXO 2 – TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA

1 Tomador

1.1 LICITANTE

2 Segurado

2.1 [●].

3 Objeto do Seguro

3.1 Garantir a indenização, no montante de até R\$ [●] ([●] de reais), no caso de a LICITANTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do EDITAL, incluindo a recusa em assinar o CONTRATO ou não atendimento das exigências para a sua assinatura ou, ainda, não apresentação da documentação exigida no subitem 15.4, nas condições e no prazo estabelecidos no EDITAL.

3.2 A recusa da LICITANTE em assinar o CONTRATO ensejará a execução do valor integral mencionado no item anterior.

4 Instrumento

4.1 Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP.

5 Valor da Garantia

5.1 A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante de indenização de até R\$ [●] ([●] milhões de Reais).

6 Prazo

6.1 A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano a contar data para recebimento dos envelopes, renováveis nas hipóteses previstas no EDITAL de Concessão nº [●] /2022.

7 Disposições Adicionais

7.1 A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- (i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL de Concessão nº [●] /2022;



-
- (ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes aqui previstos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e
- (iii) O direito de o Segurado exigir da Seguradora a indenização devida pelo descumprimento pelo Tomador das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.
- 8 Os termos que não tenham sido expressamente definidos neste ANEXO terão os significados a eles atribuídos no EDITAL.



● ANEXO 3 – MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

[local], [●] de [●] de 2022

À

[.]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: Carta de Fiança Bancária nº. [●] (“●”)

R\$ [●] ([●] milhões de Reais).

1. Pela presente Carta de Fiança, o Banco [●], com sede em [●], inscrito no C.N.P.J.M.F. sob nº [●] (“Banco Fiador”), diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante a [.] como fiador solidário da [●], com sede em [●], inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. [●] (“Afiançada”), com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos nºs 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Afiançada no procedimento licitatório descrito no EDITAL de Concessão nº [●] /2022, cujos termos, disposições e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.
2. Obriga-se o Banco Fiador a pagar ao PODER CONCEDENTE o valor total de até R\$ [●] ([●] milhões de Reais) (“Fiança”) no caso de a Afiançada descumprir quaisquer de suas obrigações, decorrentes da Lei ou do EDITAL de Concessão nº [●] /2022, incluindo a recusa em assinar o Contrato ou não atendimento das exigências para a sua assinatura ou, ainda, não apresentação da documentação exigida no subitem 15.4, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL.
 - 2.1 A recusa da LICITANTE em assinar o CONTRATO ensejará a execução do valor integral mencionado no item anterior.
3. Obriga-se, ainda, o Banco Fiador a pagar ao Poder Concedente no âmbito do valor acima identificado, pelos prejuízos causados pela Afiançada, incluindo, mas não se limitando, a multas aplicadas pelo Poder Concedente relacionadas à Concorrência, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos destes prejuízos quando lhe



forem exigidos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo Banco Fiador, da notificação escrita encaminhada pelo Poder Concedente.

4. O Banco Fiador não alegará nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante o Poder Concedente nos termos desta Carta de Fiança.
5. Na hipótese de o Município de Extrema, por intermédio de seus representantes, ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado ao pagamento das despesas arbitrais, judiciais ou extrajudiciais.
6. A Fiança vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, contados da data para recebimento dos envelopes, conforme as condições mencionadas no EDITAL de Concessão nº [●] /2022, renovável na forma do EDITAL.
7. Declara o Banco Fiador que:
 - 7.1 A presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da Legislação Bancária aplicável;
 - 7.2 Os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em seu nome e em sua responsabilidade; e
 - 7.3 Está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Cartas de Fiança, e que o valor da presente Carta de Fiança, no montante de até R\$ [●] ([●] milhões de reais), encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.
8. Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Carta de Fiança terão os significados a eles atribuídos no EDITAL de Concessão nº [●] /2022.

[assinatura dos representantes legais com firma reconhecida]





Gerência de Compras e Licitações
Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435.4504 | (35) 3435.4307 | (35) 3435.3315



www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados



Testemunha

Testemunha



● **ANEXO 4 – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

À

[.]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022 – Apresentação dos Documentos de Habilitação

Prezados Senhores,

1 Atendendo à convocação do PODER CONCEDENTE, apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL para execução do objeto da CONCORRÊNCIA em referência.

2 Propomos, como VALOR MÁXIMO DE CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL a ser pago pelo PODER CONCEDENTE, para execução das OBRAS e SERVIÇOS da CONCESSÃO objeto da presente CONCORRÊNCIA conforme definidos no EDITAL, o valor de R\$ [●] (● Reais), na data-base para recebimento dos envelopes.

3 Declaramos, expressamente, que:

3.1 A presente PROPOSTA COMERCIAL é válida por 1 (um) ano, contado da data para recebimento dos envelopes, conforme especificado no EDITAL;

3.2 Foram considerados no cálculo dos valores propostos no item “2” acima todos os encargos, tributos, custos e despesas necessários à execução da Concessão, conforme elementos do EDITAL e do CONTRATO;

3.3 Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no EDITAL em referência;

3.4 Confirmamos que temos pleno conhecimento do objeto da CONCESSÃO, bem como das condições de execução do CONTRATO;

3.5 Assumimos, desde já, a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com o disposto no CONTRATO, pelos regulamentos próprios e por outros diplomas legais e normativos aplicáveis; e

3.6 Cumprimos integralmente todas as obrigações e requisitos contidos no EDITAL em referência.

[LICITANTE]
[representante legal]

- **ANEXO 5 – MODELO DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO**

As LICITANTES deverão apresentar suas Projeções Econômico-Financeiras conforme os modelos a seguir, em versão impressa e em versão eletrônica (Pen-Drive), e com a tabelas no formato Excel, de forma a facilitar e agilizar sua análise pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

Estes quadros configuram a base mínima de informações e projeções solicitadas das LICITANTES, podendo estes incluir dados complementares que acharem necessários.

As LICITANTES deverão realizar as projeções para o período total de 30 (trinta) anos da concessão, em moeda constante (não considerar a inflação) e os valores deverão ser apresentados com duas casas decimais, sendo desprezadas as demais.

O Plano de Negócios deverá ser apresentado por período mensal, em milhares de Reais (R\$ 1.000) com duas casas decimais e todos os valores constantes deverão estar expressos na data-base do primeiro dia do mês de apresentação da proposta, inclusive a Contraprestação, cujo valor será atualizado nas regras do CONTRATO durante o período da concessão.

1. QUADRO DE RECEITAS

a. Contraprestação Mensal Referente ao RSU Diário + Descomissionado

% Contraprestação Proposta:	71,12%
Volume de RSU Diário inicial:	50 toneladas
Volume de Total RSU Cumulado a De-comissionar:	143.640 toneladas / Equivalente a 240 meses de de-comissionamento
Volume Contratual Diário Médio de de-comissionamento:	20 toneladas

Taxa de crescimento população/demanda

Aplicar esses fatores de crescimento da demanda de RSU Diário

Ano 1	1,50%	Ano 16	0,50%
Ano 2	1,50%	Ano 17	0,50%
Ano 3	1,50%	Ano 18	0,50%
Ano 4	1,50%	Ano 19	0,50%
Ano 5	1,50%	Ano 20	0,50%
Ano 6	1,00%	Ano 21	0,50%
Ano 7	1,00%	Ano 22	0,50%
Ano 8	1,00%	Ano 23	0,50%
Ano 9	1,00%	Ano 24	0,50%
Ano 10	1,00%	Ano 25	0,50%
Ano 11	1,00%	Ano 26	0,50%
Ano 12	1,00%	Ano 27	0,50%
Ano 13	1,00%	Ano 28	0,50%
Ano 14	1,00%	Ano 29	0,50%
Ano 15	1,00%	Ano 30	0,50%

b. Receitas de locação de Planta de Geração de Energia

Receita de locação de planta de geração de energia	Conforme cronograma contratual e proposta comercial apresentada
Volume de Demanda de Energia Locada inicial:	0,60 MW
Demanda de Energia Locada Mensal:	432 MWh

Taxa de crescimento da demanda de energia da Prefeitura		Aplicar esses fatores de crescimento da demanda de Energia da Prefeitura	
Ano 1	0,75%	Ano 16	0,25%
Ano 2	0,75%	Ano 17	0,25%
Ano 3	0,75%	Ano 18	0,25%
Ano 4	0,75%	Ano 19	0,25%
Ano 5	0,75%	Ano 20	0,25%
Ano 6	0,50%	Ano 21	0,25%
Ano 7	0,50%	Ano 22	0,25%
Ano 8	0,50%	Ano 23	0,25%
Ano 9	0,50%	Ano 24	0,25%
Ano 10	0,50%	Ano 25	0,25%
Ano 11	0,50%	Ano 26	0,25%
Ano 12	0,50%	Ano 27	0,25%
Ano 13	0,50%	Ano 28	0,25%
Ano 14	0,50%	Ano 29	0,25%
Ano 15	0,50%	Ano 30	0,25%

c. Outras Receitas (operacionais e não operacionais)

As LICITANTES deverão indicar suas projeções estimadas de receitas operacionais adicionais e não operacionais.

Para as receitas operacionais adicionais, as LICITANTES deverão considerar um fator de compartilhamento com a Prefeitura de Extrema de **10% do total de receitas operacionais adicionais brutas**.

Essas receitas deverão ser descritas conforme quadro modelo seguinte, sem necessidade de apresentação da memória de cálculo aqui.

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá solicitar posteriormente esclarecimentos sobre essas projeções:

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS ADICIONAIS				
Em R\$ '000	1 - Receita Adicional A	2 - Receita Adicional B	3 -	TOTAL Reccitas Adicionais
Ano 1				
Ano 2				
Ano 3				
...				
...				
Ano 30				

As **receitas não operacionais**, tais como receitas financeiras, cessão de ativos ou créditos tributários, não serão objeto de compartilhamento com a Prefeitura de Extrema, e deverão **ser resumidas separadamente das receitas operacionais adicionais**.

Não haverá necessidade de apresentação de memória de cálculo aqui.

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá solicitar posteriormente esclarecimentos sobre essas projeções

2. QUADROS DE CAPITAL SOCIAL, APORTES E FINANCIAMENTOS

2.1 Quadro de Capital

Em R\$ '000	CAPITAL SOCIAL			OUTROS APORTES
	Subscrito	Integralizado	Integralização /Redução no ano	
Ano 1				
Ano 2				
Ano 3				
...				
...				
Ano 30				

2.2 Quadro de Financiamentos

Em R\$ '000	Valor do Financiamento	Duração / Prazo	Taxa de Juros	Outros custos e comissões
Ano 1				
Ano 2				
Ano 3				
...				
...				
Ano 30				

3. INVESTIMENTOS / ATIVO IMOBILIZADO

Item	R\$ 000s	Investimento Total	Ano 1	Ano 2	Ano...	Ano 30
1	Fornecimento, montagem e instalação da linha de processamento do CDR de capacidade de 6,25 T/Hora					
2	Planta Termoquímica					
3	Planta de geração elétrica por processo de gaseificação					
4	Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)					
5	Equipamentos de coleta e separação do RSU do aterro existente (minerador)					
6	Veículos: caminhões, escavadeiras, tratores, outros...					
7	Infraestrutura, montagem, integração e conexão com Rede Elétrica					
	TOTAL:					

Nota 1: Indicar para cada item o ciclo de depreciação em anos

Nota 2: Este quadro é indicativo dos investimentos para uma planta de geração baseada em processamento de 6,25 T/Hora, conforme licença emitida atualmente. Em caso de aumento da capacidade, fundamentada por licença(s) complementar(es), introduzir itens adicionais no Quadro, de forma a separar esses outros investimentos dos investimentos básicos.

4. DESPESAS OPERACIONAIS

Item	R\$ 000s	Ano 1	Ano 2	Ano...	Ano 30
1	Operação e Manutenção da linha de processamento do CDR de capacidade de 6,25 T/Hora				
2	Operação e Manutenção da Planta Termoquímica				
3	Operação e Manutenção da Planta de geração elétrica por processo de gaseificação				
4	Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)				
5	Operação e Manutenção dos Equipamentos de coleta e separação do RSU do aterro existente (minerador)				
6	Operação e Manutenção dos Veículos				
7	Operação e Manutenção de Infraestrutura, Sistemas e Rede Elétrica				
8	Serviços Gerais, Administração, Supervisão, Vendas				
	SUB-TOTAL Custos Operacionais:				
8	Depreciação/Amortização de Linha de processamento do CDR de capacidade de 6,25 T/Hora				
9	Depreciação/Amortização da Planta Termoquímica				
10	Depreciação/Amortização da Planta de geração elétrica por processo de gaseificação				
11	Depreciação/Amortização da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)				
12	Depreciação/Amortização dos Equipamentos de coleta e separação do RSU do aterro existente (minerador)				
13	Depreciação/Amortização dos Veículos				
14	Depreciação/Amortização de Edificações, Infraestrutura e instalações				
	SUB-TOTAL Depreciação/Amortização:				
15	Seguros e Garantias				
	TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS:				

Despesas de Seguros e Garantias: em conformidade com os termos do EDITAL e seus Anexos, o licitante vencedor deverá contratar seguros operacionais e apresentar garantias contratuais ao longo do período do Contrato.

Não haverá necessidade de apresentação de memória de cálculo.

5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO / DRE

	Em R\$ 000s	TOTAL	Ano 1	Ano N...	Ano 30
1	RECEITA BRUTA				
1.1	Receita de RSU diário (1.a)				
1.2	Receita de descomissionamento de RSU (1.b)				
1.3	Receita de Locação de Planta de Geração de Energia (1.c)				
1.4	Outras Receitas Operacionais (1.d)				
1.5	Outras Receitas Não Operacionais (1.d)				
2	DEDUÇÕES DA RECEITA				
2.1	I.S.S.				
2.2	COFINS				
2.3	PIS				
2.4	Compartilhamento de Outras Receitas Operacionais				
3	RECEITA LÍQUIDA (1-2)				
4	DESPESAS				
4.1	Custos Operacionais (4.1 a 4.7)				
4.2	Seguros (4.15)				
4.3	Garantias (4.15)				
5	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO (4.8 a 4.14)				
6	RESULTADO BRUTO OPERACIONAL				
7	CUSTO FINANCEIRO/JUROS				
8	RESULTADO ANTES DE C.S. E I.R.P.J				
9	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
10	IMPOSTO DE RENDA				
11	RESULTADO DO EXERCÍCIO				

6. FLUXO DE CAIXA

7. Quadro demonstrativo de fluxo de caixa orientativo mínimo, podendo incluir subitens adicionais, a critério das LICITANTES:

Em R\$ 000s		TOTAL	Ano 1	Ano N...	Ano 3
1	ENTRADA DE CAIXA (1.1 + 1.2)				
1.1	RECEITAS				
1.1.1	Receita de RSU diário (1.a)				
1.1.2	Receita de descomissionamento de RSU (1.b)				
1.1.3	Receita de Locação de Planta de Geração de Energia (1.c)				
1.1.4	Outras Receitas Operacionais (1.d)				
1.1.5	Outras Receitas Não Operacionais (1.d)				
1.2	CAPITAL/APORTES				
1.2.1	Capital Próprio Integralizado (2.1)				
1.2.2	Financeiro (2.2)				
2	SAÍDA DE CAIXA (2.1 + ... + 2.4)				
2.1	DESPESAS OPERACIONAIS				
2.1.1	Custos Operacionais (4.1 a 4.7)				
2.1.2	Seguros (4.15)				
2.1.3	Garantias (4.15)				
2.1.4	Tributos sobre receita (I.S.S., PIS, COFINS)				
2.2	INVESTIMENTOS/IMOBILIZADO (3.1 a 3.8)				
2.3	DESPESAS FINANCEIRAS				
2.3.1	Amortização de Financiamentos				
2.3.2	Encargos/Juros sobre financiamentos				
2.4	DESEMBOLSOS SOBRE LUCRO				
2.4.1	Contribuição Social				
2.4.2	IR				
3	SALDO DE CAIXA (1 - 2)				
4	POSIÇÃO CUMULADA DE CAIXA				
5	Taxa Interna de Retorno ANUAL:				

8. BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial orientativo mínimo, podendo incluir subitens adicionais, a critério das LICITANTES:

Em R\$ 000s		TOTAL	Ano 1	Ano N...	Ano 30
1	TOTAL DO ATIVO (1.1 + 1.2 + 1.3)				
1.1	ATIVO CIRCULANTE				
1.1.1	Disponibilidades				
1.2	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
1.3	ATIVO PERMANENTE				
1.3.1	Investimentos/Imobilizado				
1.3.2	- Depreciação/Imobilização				
2	TOTAL DO PASSIVO (2.1 + 2.2 + 2.3)				
2.1	PASSIVO CIRCULANTE				
2.1.1	Financiamentos/Empréstimos				
2.1.2	C.S e I.R a pagar				
2.2	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
2.2.1	Financiamentos/Empréstimos				
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
2.3.1	Capital				
2.3.2	Adiantamento de capital				
2.3.3	Lucros ou Prejuízos acumulados				

	Até o ano 30-	Total
1987-1996	1.000	1.000
1997-2006	1.000	1.000
2007-2016	1.000	1.000
2017-2026	1.000	1.000
2027-2036	1.000	1.000
2037-2046	1.000	1.000
2047-2056	1.000	1.000
2057-2066	1.000	1.000
2067-2076	1.000	1.000
2077-2086	1.000	1.000
2087-2096	1.000	1.000
2097-2106	1.000	1.000
2107-2116	1.000	1.000
2117-2126	1.000	1.000
2127-2136	1.000	1.000
2137-2146	1.000	1.000
2147-2156	1.000	1.000
2157-2166	1.000	1.000
2167-2176	1.000	1.000
2177-2186	1.000	1.000
2187-2196	1.000	1.000
2197-2206	1.000	1.000
2207-2216	1.000	1.000
2217-2226	1.000	1.000
2227-2236	1.000	1.000
2237-2246	1.000	1.000
2247-2256	1.000	1.000
2257-2266	1.000	1.000
2267-2276	1.000	1.000
2277-2286	1.000	1.000
2287-2296	1.000	1.000
2297-2306	1.000	1.000
2307-2316	1.000	1.000
2317-2326	1.000	1.000
2327-2336	1.000	1.000
2337-2346	1.000	1.000
2347-2356	1.000	1.000
2357-2366	1.000	1.000
2367-2376	1.000	1.000
2377-2386	1.000	1.000
2387-2396	1.000	1.000
2397-2406	1.000	1.000
2407-2416	1.000	1.000
2417-2426	1.000	1.000
2427-2436	1.000	1.000
2437-2446	1.000	1.000
2447-2456	1.000	1.000
2457-2466	1.000	1.000
2467-2476	1.000	1.000
2477-2486	1.000	1.000
2487-2496	1.000	1.000
2497-2506	1.000	1.000
2507-2516	1.000	1.000
2517-2526	1.000	1.000
2527-2536	1.000	1.000
2537-2546	1.000	1.000
2547-2556	1.000	1.000
2557-2566	1.000	1.000
2567-2576	1.000	1.000
2577-2586	1.000	1.000
2587-2596	1.000	1.000
2597-2606	1.000	1.000
2607-2616	1.000	1.000
2617-2626	1.000	1.000
2627-2636	1.000	1.000
2637-2646	1.000	1.000
2647-2656	1.000	1.000
2657-2666	1.000	1.000
2667-2676	1.000	1.000
2677-2686	1.000	1.000
2687-2696	1.000	1.000
2697-2706	1.000	1.000
2707-2716	1.000	1.000
2717-2726	1.000	1.000
2727-2736	1.000	1.000
2737-2746	1.000	1.000
2747-2756	1.000	1.000
2757-2766	1.000	1.000
2767-2776	1.000	1.000
2777-2786	1.000	1.000
2787-2796	1.000	1.000
2797-2806	1.000	1.000
2807-2816	1.000	1.000
2817-2826	1.000	1.000
2827-2836	1.000	1.000
2837-2846	1.000	1.000
2847-2856	1.000	1.000
2857-2866	1.000	1.000
2867-2876	1.000	1.000
2877-2886	1.000	1.000
2887-2896	1.000	1.000
2897-2906	1.000	1.000
2907-2916	1.000	1.000
2917-2926	1.000	1.000
2927-2936	1.000	1.000
2937-2946	1.000	1.000
2947-2956	1.000	1.000
2957-2966	1.000	1.000
2967-2976	1.000	1.000
2977-2986	1.000	1.000
2987-2996	1.000	1.000
2997-300		

[illegible]

● **ANEXO 6 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL**

[local], [●] de [●] de 2022

À

[●]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022 – Carta de Apresentação dos documentos de habilitação.

[LICITANTE], por seu(s) representante(s) legal(is), apresenta anexos os documentos para sua habilitação, declarando possuir e cumprir todos os requisitos do certame licitatório em referência conforme descrições editalícias.

[LICITANTE]

[representante legal]

● **ANEXO 7 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

[local], [●] de [●] de 2022

À

[.]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022 – Declaração de Elaboração Independente da Proposta

[LICITANTE], por seu(s) representante(s) legal(is), apresenta anexos os documentos para sua qualificação no certame licitatório em referência, nos termos do EDITAL declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação, em referência, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação antes da adjudicação do objeto da mencionada licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CONCORRÊNCIA, antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

[LICITANTE]
[representante legal]

**v. ANEXO 8 – MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 7º,
XXXIII DA CRFB/88**

[local], [●] de [●] de 2022

À

[.]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022 – Declaração de Atendimento ao Artigo 7º, XXXIII, da
Constituição Federal

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a [LICITANTE], por seus representantes abaixo
assinados, declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e
cessionários, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que
se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

[LICITANTE]
[representante legal]

• ANEXO 9 – MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO FALIMENTAR, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL OU REGIME DE INSOLVÊNCIA

[local], [●] de [●] de 2022

À

[.]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022– Declaração de Inexistência de Processo Falimentar

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a [LICITANTE], por seus representantes abaixo assinados, declara, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que não se encontra em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente.

[LICITANTE]
[representante legal]

● **ANEXO 10 – MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA CONCORRÊNCIA**

[local], [●] de [●] de 2022

À

[.]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022 – Declaração de Ausência de Impedimento para Participação da Concorrência

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a [LICITANTE], por seus representantes abaixo assinados, declara, sob as penas da legislação aplicável, que não está impedida de participar de licitações públicas nem de contratar com a Administração.

[LICITANTE]
[representante legal]

● **ANEXO 11 – MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE
FINANCEIRA**

[local], [●] de [●] de 2022

À

[.]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022 – Declaração de Capacidade Financeira

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a [LICITANTE], por seus representantes abaixo assinados, declara, sob as penas da legislação aplicável, que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e de terceiros necessários à consecução do objeto da concessão. Declara, além disso, que **(i)** tem credibilidade no mercado para contratar todos os seguros necessários à consecução do objeto da concessão e **(ii)** dispõe ou tem capacidade de obter os recursos para a integralização em moeda corrente nacional, conforme definido e descrito no EDITAL em referência.

[LICITANTE]

[representante legal]

● **ANEXO 12 – MODELO DE PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento de mandato, [LICITANTE], [qualificação], doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. [●], [qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

9. representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal de [●] e o Município de Extrema para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no EDITAL de Concessão nº [●]/2022, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:
- (i) assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;
 - (ii) representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
 - (iii) a seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de validade de [prazo mínimo de um ano contado da data de apresentação das propostas].

[local], [●] de [●] de 2022

[LICITANTE]
[representante legal]

● ANEXO 13 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANÁLISE E VIABILIDADE DO PLANO DE NEGÓCIOS QUE EMBASOU A PROPOSTA COMERCIAL EMITIDA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

[local], [●] de [●] de 2022

À

[·]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022 - Declaração de Análise e Viabilidade do Plano de Negócios que Embasou a Proposta Comercial - Emitida por Instituição Financeira

Prezados Senhores,

1 Pela presente carta, o [nome da instituição ou entidade financeira] (“Instituição financeira”), instituição financeira que assessora o [nome da LICITANTE] (“LICITANTE”), de acordo com o subitem 9.5 (i), do EDITAL de Concessão nº [●] / [●] (“EDITAL”), declara, para os devidos fins, que analisou o Plano de Negócios apresentado pela LICITANTE e atesta a sua viabilidade e exequibilidade sob os aspectos da montagem financeira do empreendimento.

2 A Instituição financeira declara que analisou o Plano de Negócios elaborado pela LICITANTE para participar do Concorrência nº [●]/2022, sob todos os seus aspectos financeiros, tendo confrontado a metodologia da montagem financeira do empreendimento à luz das melhores práticas de mercado, e realizado os questionamentos e investigações que considerou necessários para sua análise, assumindo, para tanto, a exatidão e completude dos dados e levantamentos utilizados pela LICITANTE como base para a elaboração do Plano de Negócios.

3 Isso posto, a Instituição financeira, atesta, em relação ao Plano de Negócios da LICITANTE:

- (i) A viabilidade e exequibilidade, desde que mantidas todas as premissas e parâmetros nele adotados;
- (ii) A coerência das demonstrações e dados financeiros apresentados.

Com base em todo o exposto, e desde que mantidas as premissas e parâmetros adotados no Plano de Negócios a nós apresentado pela LICITANTE, atestamos sua viabilidade e exequibilidade sob os aspectos financeiros.

[Instituição Financeira]
[representante(s) legal(is)]

[LICITANTE]
[representante(s) credenciado(s)]

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

**● ANEXO 14 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CELEBRADO ENTRE A
LICITANTE E A INSTITUIÇÃO OU ENTIDADE FINANCEIRA (CONTEÚDO MÍNIMO)**

[local], [●] de [●] de 2022

À

[·]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●] /2022 – Termo de Confidencialidade entre a LICITANTE e a Instituição ou Entidade Financeira

À LICITANTE

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1. Salvo se de forma diversa estiver definido neste ANEXO, os termos definidos terão o mesmo significado utilizado no EDITAL de Concorrência nº [●] /2022 (“EDITAL”).

1.1.1. Instituição: é o (a) [nome da instituição ou entidade financeira].

1.1.2. Representante(s): são: (i) os administradores e funcionários da Instituição ou de suas CONTROLADAS ou COLIGADAS; e (ii) os consultores, advogados, auditores, contadores, agentes, intermediários financeiros e outras pessoas que, por meio da Instituição, que venham a ter acesso às Informações exclusivamente com objetivo de avaliar a viabilidade do Plano de Negócios da LICITANTE.

1.1.3. Informações: são as informações disponibilizadas pela LICITANTE à Instituição, para a emissão de carta que ateste a viabilidade do Plano de Negócios da LICITANTE, conforme o subitem 9.5 (i) do EDITAL.

1.1.3.1. O termo Informações não inclui as informações públicas, assim consideradas as que:

- (i) eram de domínio público ao tempo de sua divulgação à Instituição;
- (ii) tenham se tornado de domínio público após sua divulgação à Instituição, desde que tal divulgação não tenha sido feita pela Instituição, seu(s) Representante(s) ou por outro participante que tenha tido acesso às Informações;
- (iii) já pertenciam aos arquivos da Instituição, em bases não confidenciais, ou que tenham sido desenvolvidas independentemente pela Instituição, conforme o caso, anteriormente à sua disponibilização pela LICITANTE à Instituição ou ao(s) seu(s) Representante(s); ou
- (iv) tornaram-se disponíveis à Instituição, em bases não confidenciais, por fontes outras que não a LICITANTE, contanto que tais fontes não estejam proibidas a transmitir as informações à Instituição.

2. OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO

2.1. Confidencialidade: a Instituição e seu(s) Representante(s) obrigam-se a manter as Informações em sigilo, não as transmitindo ou revelando a terceiros que não sejam seu(s) Representante(s).

2.1.1. A obrigação de manter sigilo, constante do parágrafo 2.1, inclui:

- (i) não utilizar as Informações para nenhuma outra finalidade que não aquelas relacionadas com a participação da LICITANTE;
- (ii) não discutir perante ou com terceiros sobre as Informações (o)(s) Representante(s) não são considerados terceiros);
- (iii) não usar, divulgar, revelar ou dispor, sob qualquer forma, das Informações, que são para avaliar a participação da LICITANTE, cumprindo, ainda, adotar as cautelas e precauções adequadas para impedir o uso indevido por qual(is)quer Representante(s); e
- (iv) guardar e manter sob sigilo todas as cópias, reproduções, sumários, análises ou comunicados referentes às Informações ou nelas baseados, devendo devolvê-los à LICITANTE, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da solicitação desta.

2.1.2. Quaisquer Informações que, porventura, forem retidas pela Instituição continuarão sujeitas ao disposto neste Termo de Confidencialidade.

2.1.3.A Instituição deverá comunicar à LICITANTE, prontamente e antes de qualquer divulgação, sobre qualquer eventual determinação administrativa ou judicial, que o obrigue a divulgar as Informações, mesmo que parcialmente, desde que tal comunicação seja permitida no âmbito da respectiva lei ou ordem administrativa ou judicial aplicável.

2.2. Outras obrigações relacionadas com as Informações: a Instituição e qualquer de seu(s) Representante(s), a partir da data de celebração deste termo, e até a data de entrega da Proposta Econômica Escrita, obrigam-se a:

- (a) não emitir a carta que ateste a viabilidade do Plano de Negócios da LICITANTE, conforme subitem 9.5 do EDITAL em favor de outra(s) LICITANTE(s); e
- (b) abster-se da prática de qualquer outro ato que possa resultar, direta ou indiretamente, em uso não adequado das informações.

2.3. Responsabilidade: a Instituição, que, por si ou por seu(s) Representante(s), tiver violado as obrigações previstas neste termo, em especial as constantes dos parágrafos 2.1 e 2.2, obriga-se a indenizar e ressarcir o PODER CONCEDENTE e a LICITANTE pelas perdas, danos e/ou custos incorridos, que sejam diretamente decorrentes ou relacionados à referida violação, sem qualquer limitação.

2.4. A Instituição deverá atender às solicitações de diligência da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO constituída segundo o EDITAL, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Instituição e/ou qualquer de seu(s) Representante(s) estão isentos de qualquer obrigação legal ou responsabilidade no que se refere à realização do Leilão, ressalvadas as obrigações assumidas no presente Termo de Confidencialidade.

3.2. O não exercício dos direitos aqui assegurados não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.

3.3. Esse termo será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

3.4. Com exceção das obrigações previstas no parágrafo 2.2, as obrigações previstas neste termo vigorá pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data de assinatura deste termo.

3.5. No caso da Instituição ser pessoa jurídica com sede no exterior, a Instituição, neste ato, nomeia e constitui como seu procurador [nome e qualificação completa], com poderes específicos para receber citações e intimações, na forma do art. 213 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

3.6. Fica eleito o foro da Comarca de Extrema/MG como o único competente para dirimir eventuais questões relacionadas aos termos do presente, e renunciando, desde já, a Instituição, seu(s) Representante(s) e a LICITANTE, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

3.7. Este Termo de Confidencialidade traduz o entendimento da Instituição com relação à confidencialidade das Informações e, nenhuma modificação a este termo ou renúncia aos termos e condições aqui pactuadas obrigarão a Instituição ou a LICITANTE, a não ser que tais modificações e/ou renúncias sejam aprovadas, por escrito, por cada uma das partes e pelo PODER CONCEDENTE.

[LICITANTE]

[representante(s) credenciado(s)]

[Instituição]

[representante(s) legal(is)]

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

- **ANEXO 15 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE FORMAÇÃO DE SOCIEDADE COM PROPÓSITO ESPECÍFICO**

[local], [●] de [●] de 2022

À

[·]

Município de Extrema/Minas Gerais

Ref.: EDITAL de Concessão nº [●]/2022 – Declaração de Formação de Sociedade com propósito específico

Prezados Senhores,

A [LICITANTE - nome, sede, CNPJ] por meio de seu representante legal, em atendimento ao disposto no EDITAL declara, para fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao previsto no EDITAL que:

- (a) Compromete-se a constituir, caso seja adjudicatário, sociedade de propósito específico (SPE) para a assinatura do contrato, segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país, no Município de Extrema, Estado de Minas Gerais;
- (b) A SPE deverá ser constituída sob a forma de sociedade anônima ou sociedade por ações desde o início, em momento anterior à celebração do Contrato, sem que haja prazo adicional para que a SPE venha eventualmente a alterar sua forma de organização societária, privilegiando a transparência e a publicidade na gestão da delegação dos serviços;
- (c) O objeto social da SPE a ser constituída restringir-se-á, exclusivamente, à participação na licitação e à execução do objeto do contrato, o que deverá estar contemplado em seus atos constitutivos;
- (d) Compromete-se a adotar, na SPE, os padrões de governança corporativa e de contabilidade, e de elaboração de demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do artigo 9º, §3º a Lei Federal nº 11.079/2004, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores) e nas Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC; e
- (e) Tem ciência de que, durante todo o prazo de vigência do contrato, as transferências do controle acionário da SPE e da concessão dependerão de prévia anuência do Poder Concedente, sob pena de caducidade, nos termos do artigo 27 da Lei Federal nº 8.987/1995 e do contrato.

Em se tratando de consórcio, todas as empresas consorciadas devem comprometer-se a constituir a SPE, observadas as condições apresentadas nas propostas, bem como a participação de cada uma das empresas no consórcio.

Atenciosamente,

[LICITANTE]
representante legal

- **ANEXO 16 – TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**

- **ANEXO 17 - MINUTA DE CONTRATO E SEUS ANEXOS**